

Relatório de Gestão

da **Ouvvidoria**
Unidades de Pesquisa

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

ano: 2022

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
Brasília/DF CEP: 70067-900

LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Secretaria-Executiva

Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos

Secretaria de Ciência e Tecnologia para
Desenvolvimento Social

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e
Inovação

Secretaria de Ciência e Tecnologia para
Transformação Digital

PAULA PAES MONTANDON VASCONCELOS

Ouvidora

Relatório de Gestão

da **Ouvidoria**

Unidades de Pesquisa

Elaboração:

Ricardo Luís Neves Cardoso
Coordenador do Serviço de Informação ao Cidadão

Colaboração:

Paula Paes Montandon Vasconcelos – Ouvidora

Equipe de Apoio:

Interlocutores das Unidades de Pesquisa

Unidades de Pesquisa

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF
Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais	CEMADEN
Centro de Tecnologia Mineral	CETEM
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	CETENE
Centro de tecnologia da Informação Renato Archer	CTI
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	IBICT
Instituto Nacional da Mata Atlântica	INMA
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE
Instituto Nacional do Semiárido	INSA
Instituto Nacional de Tecnologia	INT
Laboratório Nacional de Astrofísica	LNA
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST
Museu Paraense Emílio Goeldi	MGEP
Observatório Nacional	ON

Sumário

Apresentação	5
A Ouvidoria	6
Competência	7
Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	9
Dados Gerais	10
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF	12
Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN	17
Centro de Tecnologias Mineral – CETEM	21
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE	27
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI	33
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência Tecnológica – IBICT	39
Instituto Nacional da Mata Atlântica – INMA	45
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA	50
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE	56
Instituto Nacional do Semiárido – INSA	63
Instituto Nacional de Tecnologia – INT	69
Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA	75
Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC	80
Museu de Astronomia e Ciências Afins	87
Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG	92
Observatório Nacional – ON	97
Conselho de Usuários do Serviço Público	102
Carta de Serviço	105
Considerações Finais	106

Apresentação

O Relatório de Gestão da Ouvidoria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e de suas Unidades de Pesquisa apresenta os resultados do exercício de 2022, em cumprimento ao que estabelece o artigo 14, inciso II, da Lei nº 13.460 de 26 de julho de 2017, o artigo 52 da Portaria nº 581 de 9 de março de 2021, e demais normativos vigentes.

“Art. 14. Com vistas à realização de seus objetivos, as ouvidorias deverão:

- I - receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos; e
- II - elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.”

Art. 52. As unidades do SisOuv deverão elaborar relatórios de gestão com periodicidade mínima anual, a ser publicado no sítio eletrônico do órgão ou entidade até o primeiro dia do mês de abril de cada ano, abrangendo informações referentes ao ano anterior.

§ 1º O relatório anual de gestão deverá conter, ao menos:

- I - informações sobre a força de trabalho da unidade de ouvidoria;*
- II - o número de manifestações recebidas no ano anterior;*
- III - análise gerencial quanto aos principais motivos das manifestações;*
- IV - a análise dos problemas recorrentes e das soluções adotadas;*
- V - informações acerca do funcionamento de seus conselhos de usuários de serviços públicos; e*
- VI - ações consideradas exitosas, principais dificuldades enfrentadas, propostas de ações para superá-las, responsáveis pela implementação e os respectivos prazos.*

§ 2º O relatório anual de gestão deverá ser encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade a que esteja vinculada a unidade do SisOuv.

A Ouvidoria

A Ouvidoria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, órgão integrante do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, é unidade disponível para interlocução entre o cidadão e o Ministério na busca da melhoria dos serviços públicos. Por meio dela, qualquer pessoa pode **apresentar**, com sigilo e segurança: **sugestão** de ideias para melhoria das políticas e dos serviços prestados pelo Ministério; **solicitação** de alguma providência que seja de competência do Órgão; **reclamação** caso insatisfeito com a prestação de serviços realizados pelo MCTI; **denúncia** de qualquer prática de ato ilícito cuja solução depende da atuação de nossa Instituição; bem como, e não menos importante, **elogio** quando alguém da equipe do Ministério tenha prestado um bom atendimento ou quando tenha ficado satisfeito com algum de nossos serviços. Além disso, é possível pedir **informações** públicas que estejam sob a guarda do Ministério e, sugerir, pela ferramenta “ **Simplifique** ”, alternativas para descomplicar o acesso a algum serviço público prestado.

Para isso, basta acessar a [Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação \(Fala.Br\)](#), realizar seu cadastro, detalhar sua manifestação e direcioná-la ao MCTI. Dessa forma, a demanda será recebida, analisada e direcionada pela equipe da Ouvidoria ao setor responsável pelo assunto, para o tratamento. Finalizado o tratamento, o setor responsável encaminhará o conteúdo novamente à Ouvidoria que, ao verificar que satisfaz aos questionamentos apresentados, procederá com a resposta e conclusão da manifestação na plataforma Fala.BR para que o usuário possa acessá-la em qualquer lugar e a qualquer momento.

A partir das informações trazidas pelos usuários, *em suas manifestações e quando preenchida a pesquisa de satisfação*, é possível realizar a gestão das informações ao

identificar possibilidades de melhorias, propor mudanças e apontar irregularidades no Órgão.

Assim, a Ouvidoria atuando como facilitadora do processo de comunicação na Organização, no aperfeiçoamento do fluxo de informações e também na mediação de conflito; acaba assumindo distintos papéis que englobam: **aspectos funcionais**, ao receber e analisar as manifestações; **aspectos gerenciais**, ao envolver a transformação da manifestação em possibilidades de melhoria no serviço público; e **aspectos de cidadania**, ao possibilitar que o cidadão exerça seu direito de participar na administração pública, fomentando o controle social

Competência

Suas competências estão elencadas nos artigos 6º e 7º do Regimento Interno da Assessoria Especial de Controle Interno (Anexo II da Portaria nº 3.410, de 10 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2020, Seção I, Pág. 10)

Art. 6º À Ouvidoria Compete

I - receber e analisar sugestões, elogios, reclamações, solicitações, denúncias e pedidos de simplificação direcionados ao Ministério e encaminhá-los, conforme matéria, à unidade competente da administração central do Ministério; (Inciso I com redação dada pela Portaria MCTI nº 4.059, de 17.11.2020)

II - incentivar a interlocução entre o cidadão e a administração direta do Ministério, entidades vinculadas e organizações sociais, mediando conflitos na busca de soluções possíveis;

III - incentivar a transparência, o acesso à informação pública e a abertura de dados de interesse coletivo ou geral, produzidos ou custodiadas pelo Ministério, observando o disposto na Lei nº 12.527, de novembro de 2011, e no Decreto 73724, de 16 de maio de 2012; (Inciso III com redação dada pela Portaria MCTI nº 4.059, de 17.11.2020)

IV - apoiar o atendimento às demandas oriundas do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC do Ministério;

V - requerer as informações necessárias ao desempenho de sua função, às áreas da administração central do Ministério; (Inciso V com redação dada pela Portaria MCTI nº 4.059, de 17.11.2020)

- VI - fornecer aos dirigentes do órgão informações e dados, sugerindo-lhes formas ou pontos de aprimoramento da gestão e dos serviços públicos prestados pelo Ministério;*
- VII - prestar assistência à autoridade designada para desempenhar as atribuições previstas no art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 67 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;*
- VIII - realizar as ações relacionadas às manifestações dos servidores da administração central do Ministério; (Inciso VIII revogado pela Portaria MCTI nº 4.059, de 17.11.2020)*
- IX - apoiar as ações necessárias à apuração da veracidade das reclamações e denúncias junto aos órgãos competentes, solicitando as providências necessárias ao saneamento das irregularidades e/ou ilegalidades constatadas;*
- X - proceder análise prévia das denúncias direcionadas a administração central do Ministério, encaminhando aos órgãos de apuração;*
- XI - fomentar e apoiar as ações de integridade relacionadas à atividade de ouvidoria;*
- XII - prestar apoio ao órgão central do sistema de Ouvidoria na implementação, coordenação e registro de informações relacionadas às atividades de ouvidoria;*
- XIII - propor à Assessoria Especial ações integradas ou de cooperação técnica com outros órgãos e entidades para o fortalecimento da atividade de participação e controle social;*
- XIV - elaborar e encaminhar à Assessoria Especial de Controle Interno relatório anual consolidado das denúncias, reclamações, elogios, solicitações, sugestões, simplifique e pedidos de acesso à informação, com seus encaminhamentos e resultados; e (Inciso XIV com redação dada pela Portaria MCTI nº 4.059, de 17.11.2020)*
- XV - orientar e supervisionar a atuação das ouvidorias setorializadas dos órgãos da administração direta do Ministério. (Inciso XV acrescido pela Portaria MCTI nº 4.059, de 17.11.2020)*

Art. 7º À Coordenação do Serviço de Informação ao Cidadão compete:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;*
- II - receber documentos e requerimentos de acesso a informações;*
- III - analisar as demandas e encaminhá-las às respectivas unidades competentes da administração central do Ministério;*
- IV - monitorar os procedimentos de coleta da informação nas unidades competentes da administração central do Ministério;*
- V - informar sobre a tramitação de documentos nas respectivas unidades da administração central do Ministério;*
- VI - receber as respostas às perguntas encaminhadas;*
- VII - analisar a qualidade das respostas recebidas e adequá-las, se for o caso; e*
- VIII - encaminhar as respostas aos requerentes*

Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações é integrado por 16 (dezesesseis) Unidades de Pesquisa às quais competem a geração, aplicação e disseminação de conhecimentos, bem como o desenvolvimento de tecnologias e a promoção da inovação em suas respectivas áreas de atuação. Trata-se de órgãos que compõem a estrutura da administração direta da União, de acordo com o Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020 (que aprova a estrutura regimental do MCTI). Tais Unidades são acompanhadas e avaliadas com base em seus respectivos Termos de Compromisso de Gestão (TCGs), instrumento mutuamente pactuado entre o MCTI e a Unidade de Pesquisa.

Os Termos de Compromisso de Gestão são um instrumento de gestão do MCTI e consistem em acordos firmados entre o Ministério e cada Unidade de Pesquisa, nos quais são estabelecidas metas a serem atingidas durante o ano, traduzidas em indicadores reciprocamente pactuados.

Têm por objetivo geral o ajuste de condições específicas no relacionamento entre aquela Subsecretaria e suas Unidades de Pesquisa, de modo a assegurar às Unidades, em sua área de atuação, a excelência científica e tecnológica, proporcionando maior autonomia de gestão, simplificando o processo de tomada de decisão e de avaliação de resultados. Em março de 2002, foram assinados os primeiros Termos de Compromisso de Gestão com as seguintes Unidades: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas-CBPF, Centro de Pesquisas Renato Archer- CTI, Centro de Tecnologia Mineral-CETEM, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE, Instituto Nacional de Tecnologia-INT, Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST, Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Observatório Nacional (ON).

Clique nos ícones para acessar o Termo de Compromisso de Gestão e o Relatório Executivo relacionado a cada uma das Unidades de Pesquisa.



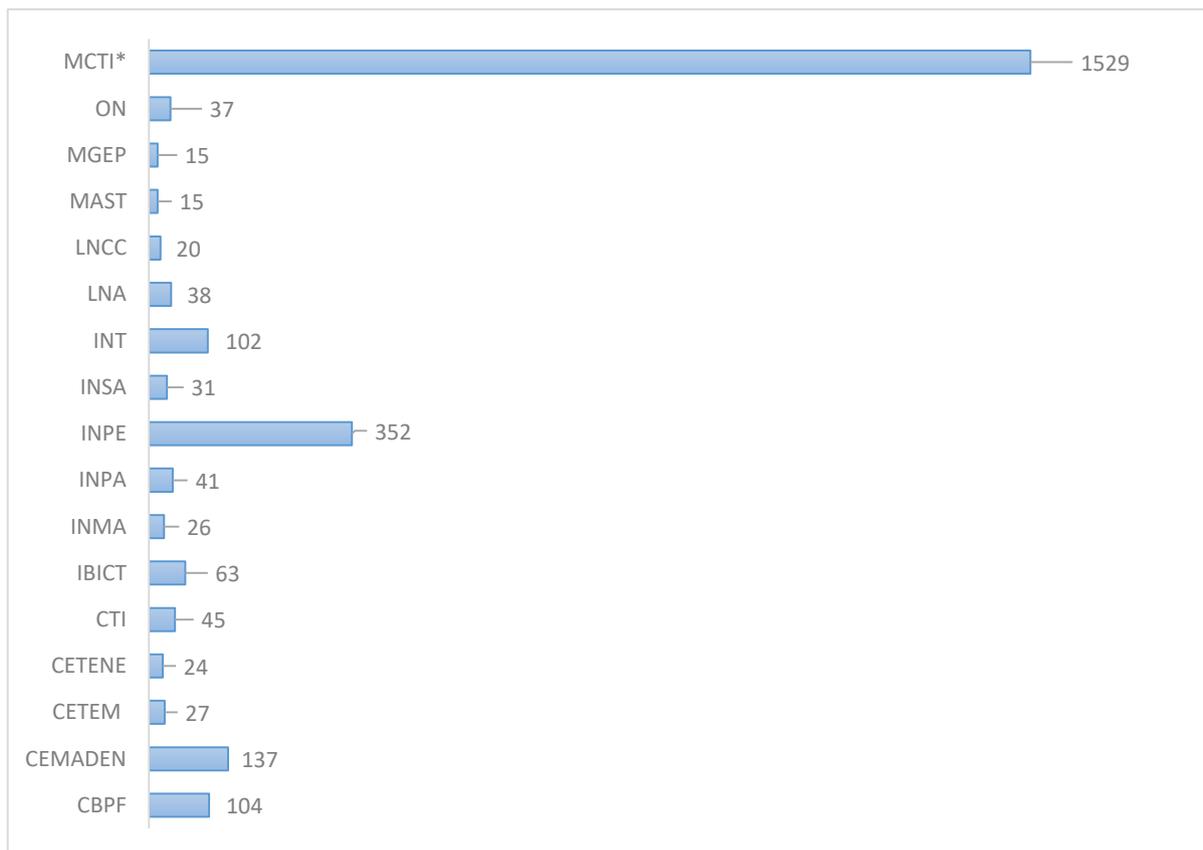
Termos de Compromisso
de Gestão



Relatório Executivo

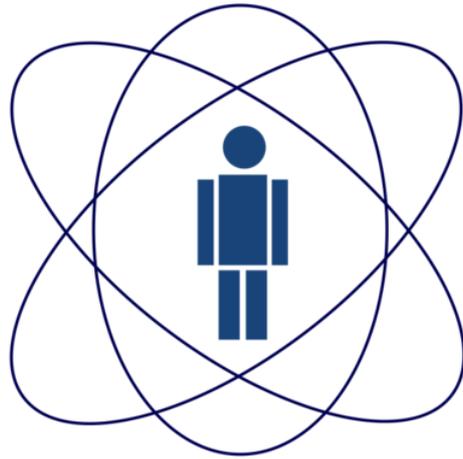
Dados Gerais

Distribuição das manifestações de Ouvidoria e dos Pedidos de Informação recebidos pela Ouvidoria do MCTI e suas Unidades de Pesquisa para o ano de 2022. **Ao todo foram tratadas 2.606 manifestações** pelos responsáveis e interlocutores da Ouvidoria.



Neste relatório serão apresentados dados relacionados às manifestações de Ouvidoria e dos Pedidos de Informação recebidos, via Plataforma Fala.BR, pelos interlocutores das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, durante o ano de 2022.

As manifestações recebidas exclusivamente pela unidade central do Ministério, foram tratadas e consolidadas no “Relatório de Gestão da Ouvidoria do MCTI”, disponível para consulta no link <https://lnkd.in/dgejfZzk>



CBPF

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) é uma Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, tecnologia e Inovações (MCTI), e tem por missão institucional realizar pesquisa básica em Física e desenvolver suas aplicações, possuindo uma infraestrutura laboratorial altamente especializada, que atua no desenvolvimento de técnicas e tecnologias para a pesquisa científica, contando com equipamentos especializados e disponíveis a comunidade institucional e a sociedade.

No âmbito da pesquisa, o CBPF desenvolve pesquisa fundamental explorando temas da Física nos seus aspectos teóricos e utilizando ferramentas experimentais em áreas como a Física da Matéria Condensada, a Física Estatística e de Sistemas Complexos, a Informação Quântica, Cosmologia e Relatividade, Física Nuclear e de Altas Energias, Astropartículas, Física de Campos e Partículas, além da atuação em áreas multidisciplinares, como Ciência dos Materiais, aplicações da Física em questões da Biologia, Nanociências e Nanotecnologia.

Ao longo do tempo, a instituição adquiriu uma larga experiência em temas de inovação para a ciência, desenvolvendo instrumentação científica, software especializado, estruturas computacionais e infraestrutura de gestão científica para solucionar os desafios do mercado e da sociedade, que são objeto de atenção de seus cientistas.

Missão: Realizar pesquisa básica em Física e desenvolver suas aplicações, atuando como Instituto Nacional de Física do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e comunicações e Polo de investigação científica e de formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico.

Área de Atuação:

- Pesquisa em física de altas energias, física experimental, teórica e aplicada, cosmologia e astrofísica relativística;
- Formação científica;
- Instrumentação científica;
- Tecnologia da informação e computação.

Contribuição Social: O CBPF contribui para o desenvolvimento social por meio do desenvolvimento científico, atuando na promoção e popularização do conhecimento de Física com projetos específicos como o Laboratório Didático, o Laboratório de Divulgação Científica e o Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Médio da Rede Pública.

Saiba mais: <http://portal.cbpf.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Denise Coutinho
Magda Fontes
Rosemary Carvalho
Barbara Aguiar
Neila Barbosa

Contato

ouvidoria@cbpf.br e sic@cbpf.br

Endereço

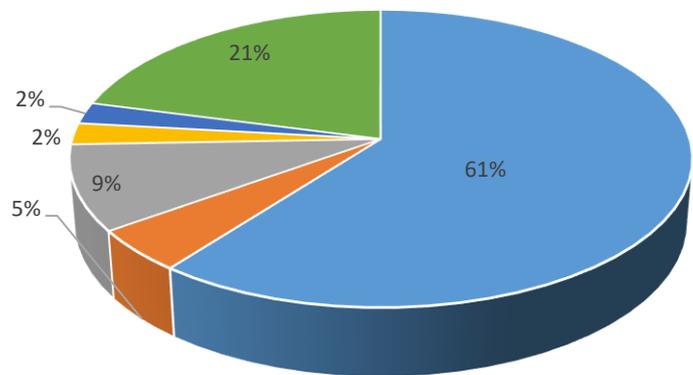
Rua Xavier Sigaud, 150 – Urca – Rio de Janeiro - RJ

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	0	6	6
Fevereiro	3	5	1	9
Março	0	1	6	7
Abril	6	2	4	12
Mai	2	0	8	10
Junho	1	1	1	3
Julho	1	0	4	5
Agosto	1	1	8	10
Setembro	2	4	5	11
Outubro	1	1	6	8
Novembro	9	1	2	12
Dezembro	0	1	10	11
TOTAL	26	17	61	104

Distribuição das manifestações por tipologia

- Pedido de Informação: 26
- Comunicação de Irregularidade: 2
- Denúncia: 4
- Elogio: 1
- Simplifique: 1
- Solicitação: 9



Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

BACEN – Banco Central do Brasil	2
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	1
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência	2
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	1
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	4
MCIDADANIA - Ministério da Cidadania (Desenvolvimento Social e Esporte)	13
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações	1
MD – Ministério da Defesa	1
ME - Ministério da Economia	11
MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública	12
MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	2
MRE – Ministério das Relações Exteriores	1
MS – Ministério da Saúde	2
MTP - Ministério do Trabalho e Previdência	4
Polícia Civil do Estado do Amazonas - AM	1
PR – Presidência da República	1
Superior Tribunal de Justiça	1
TOTAL	61



Cemaden

Centro Nacional de Monitoramento
e Alertas de Desastres Naturais

Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, criado pelo Decreto Presidencial nº 7.513, de 1º de julho de 2011, tem a missão fundamental de monitorar e emitir alertas para municípios prioritários de todo o território nacional da provável ocorrência de desastres associados a fenômenos naturais para os órgãos de Defesa Civil. Para isso o CEMADEN utiliza tecnologias de monitoramento e previsões hidro-geo-meteorológicas visando antecipar, de forma mais eficiente e eficaz possível, os impactos decorrentes de desastres naturais na sociedade, infraestrutura e ambiente.

Quando de sua criação, o Centro era vinculado à estrutura central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, subordinado à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED. Após a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações com o Ministério das Comunicações e a consequente readequação da estrutura do novo ministério, o CEMADEN passou a ser Unidade de Pesquisa da Estrutura Regimental do MCTIC pelo Decreto 8.877, de 18 de outubro de 2016, que revogou o Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011. Em decorrência, foi publicado o novo Regimento Interno do Centro¹, o qual definiu as competências institucionais do CEMADEN e as atribuições de suas divisões internas, além de promover a alteração de sua Sede para a cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O CEMADEN realiza, em regime de trabalho 24 horas por dia, 7 dias da semana, em âmbito nacional, o monitoramento contínuo de condições hidrometeorológicas e de parâmetros ambientais, com o objetivo de identificar situações de risco iminente de ocorrência de desastres naturais, decorrentes de excesso de água (deslizamentos em encostas, desmoronamentos, inundações, enxurradas), para os municípios com áreas de risco de desastres mapeadas. Atualmente, monitora 958 municípios classificados por incluir áreas vulneráveis a desastres naturais. Os alertas de desastres são enviados para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) do Ministério de Integração Nacional, que os retransmite para os órgãos estaduais e municipais de Defesa Civil, adotando, para a emissão dos alertas, o disposto no Protocolo de Ação Integrada entre o CEMADEN e o CENAD, em conformidade com o estabelecido nas Portarias Nº 314, de 17/10/2012 (DOU nº 203, 19/10/2012, Seção 1, págs. 26-27) e nº 149, de 18/12/2013 (DOU No 249, 24/12/2013, Seção 1, pág. 60).

Missão: O Cemaden tem como missão realizar o monitoramento das ameaças naturais em áreas de risco em municípios brasileiros suscetíveis à ocorrência de desastres naturais, além de realizar pesquisas e inovações tecnológicas que possam contribuir para a melhoria de seu sistema de alerta antecipado, com o objetivo final de reduzir o número de vítimas fatais e prejuízos materiais em todo o País.

Área de Atuação:

- Monitoramento e emissão de alertas de desastres naturais; e
- Desenvolvimento de capacidade científica, tecnológica e de inovação para continuamente aperfeiçoar os alertas de desastres naturais.

Contribuição Social: O Cemaden tem como contribuição social salvaguardar vidas e diminuir a vulnerabilidade social, ambiental e econômica decorrente dos significativos desastres naturais que acontecem no Brasil provocados especialmente por inundações, enxurradas e deslizamentos.

Saiba mais : <http://www.cemaden.gov.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Eduardo Fávero Pacheco da Luz
Fernanda Jaciana Bluyus Matias de Aguiar
Marcela Regina Torres do Prado Gobbo
Renato Santos Lacerda

Contato

(12) 3205-0200/ (12) 3205-0201

Endereço

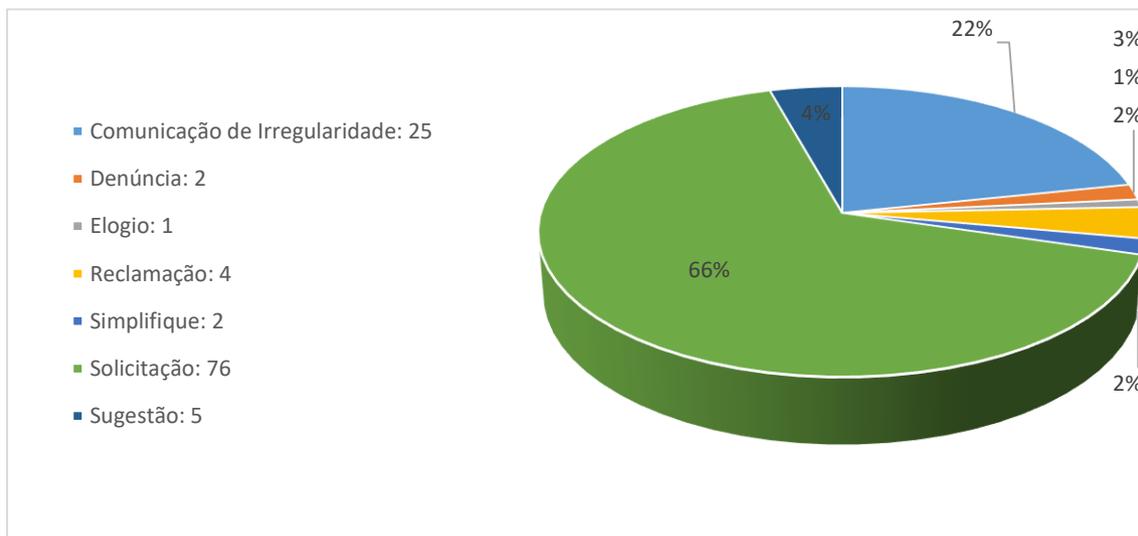
Rodovia Presidente Dutra, Km 40, SP-RJ CEP: 12630-000, Cachoeira Paulista, SP, Brasil

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	10	0	10
Fevereiro	0	7	1	8
Março	0	6	2	8
Abril	0	4	1	5
Maio	0	2	4	6
Junho	0	2	2	4
Julho	0	2	7	9
Agosto	0	9	0	9
Setembro	0	14	1	15
Outubro	0	26	1	27
Novembro	0	21	2	23
Dezembro	0	12	1	13
TOTAL	0	115	22	137

Obs.: O Cemaden não possui o módulo de SIC ativado na plataforma Fala.BR, portanto, os pedidos de informação recebidos têm a classificação inicial de “Solicitação”.

Distribuição das manifestações por tipologia



Ações exitosa: Foram recebidas duas sugestões de simplificação de processos internos, sendo que uma das sugestões foi devidamente acatada e implementada pelo Cemaden, agilizando assim a disponibilização da informação sobre os alertas de desastres vigentes de forma rápida e ágil pelo cidadão.

Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	1
DPF – Departamento de Polícia Federal	1
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas	1
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	3
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações	6
MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional	4
ME - Ministério da Economia	1
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - RJ	1
MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	2
Prefeitura - Arraial do Cabo/RJ	1
Prefeitura - Mesquita/RJ	1
TOTAL	22



CETEM

CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL

Centro de Tecnologias Mineral – CETEM

O Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) é uma Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que, desde o início de suas atividades, em 18 de abril de 1978, atua no desenvolvimento de tecnologia para o uso sustentável dos recursos minerais brasileiros, com foco na inovação tecnológica para o setor mineral.

O CETEM é a única instituição pública de pesquisa dedicada à tecnologia mineral e a questões ambientais relacionadas, reunindo corpo técnico qualificado para atender às demandas do setor mineral. Os benefícios advindos das pesquisas realizadas no Centro, contribuem para o desenvolvimento econômico e social do País. Por meio da Lei n. 13.540/2017, a importância estratégica da instituição para o Brasil foi reconhecida: o CETEM passou a ser beneficiário de 1,8% dos royalties da Mineração.

A sede do CETEM está situada no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha da Cidade Universitária. Esse espaço reúne 21 laboratórios e quatro usinas-piloto, além de uma biblioteca especializada. Nesta unidade, são executadas atividades de P&D e serviços tecnológicos focadas em caracterização mineralógica e tecnológica de minérios e industriais, processamento mineral, metalurgia extrativa, incluindo a rota biohidrometalúrgica. Ainda são contempladas as atividades orientadas para a produção de materiais de referência certificados, além de outras atividades vinculadas às demandas da indústria mineral. Na área ambiental, são realizadas atividades de P&D em gestão ambiental, com foco na recuperação de áreas degradadas, avaliação dos impactos das atividades e de seus passivos, recuperação de metais, reciclagem e tratamento de resíduos e efluentes industriais, tecnologias limpas e biorremediação.

Mais recentemente, o CETEM incluiu em suas atividades de PD&I estudos focados no aproveitamento de fontes alternativas minerais, visando diminuir a dependência de importação de fertilizantes, tanto para a produção agrícola, quanto para a produção de biocombustíveis. No Núcleo Regional do Espírito Santo (NRES), inaugurado em 2014, localizado na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, são executados projetos relacionados com a caracterização e a alterabilidade de rochas ornamentais e de revestimentos, abundantes na região; lá a equipe do CETEM desenvolve, ainda, melhorias tecnológicas no processamento de rochas ornamentais e presta serviços para as empresas da região; além da infraestrutura instalada permitir o desenvolvimento de projetos na área de beneficiamento de calcários, agregados para construção civil e minerais industriais.

Missão: Desenvolver tecnologias inovadoras e sustentáveis, e mobilizar competências visando superar desafios nacionais do setor mineral.

Área de Atuação:

- Caracterização de Materiais (química, mineralógica e tecnológica de rochas, minérios, resíduos e gemas);
- Tecnologias Mineraias (lavra e beneficiamento de rochas ornamentais, processamento mineral, metalurgia extrativa e processos biotecnológicos);
- Tecnologias Ambientais (aproveitamento de resíduos e reciclagem de materiais, tratamento de efluentes industriais, recuperação ambiental de solos contaminados e de áreas mineradas);
- Estudos para a Sustentabilidade da Indústria Mineral (economia circular, impactos ambientais e socioeconômicos e análise de ciclo de vida); e
- Produção de Materiais de Referência Certificados.

Contribuição Social: O Cetem atua no desenvolvimento de tecnologias para a produção sustentável dos recursos minerais brasileiros, contribuindo para a inovação tecnológica das empresas do setor mineral.

Saiba mais: <http://www.cetem.gov.br>

A Ouvidoria é a unidade disponibilizada para a sociedade externar suas expectativas, opiniões e necessidades; por meio de manifestações, enquadradas nos tipos: Reclamação, Denúncia, Sugestão, Elogio, Solicitação e Comunicação de irregularidade, além de pedidos de simplifique e pedidos de Informação, esse último previsto na Lei 12.527/11. Dessa forma, é ela a promotora da interlocução e mediação entre os agentes públicos e os cidadãos.

A equipe de Informação ao Cidadão e Ouvidoria do CETEM está vinculada à Ouvidoria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI (Órgão Central), pelo fato de ser o Centro de Tecnologia Mineral uma Unidade de Pesquisa vinculada ao MCTI.

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Renata Affonso

Robson D'Ávila

Contato

sic@cetem.gov.br

(21) 3865.7228

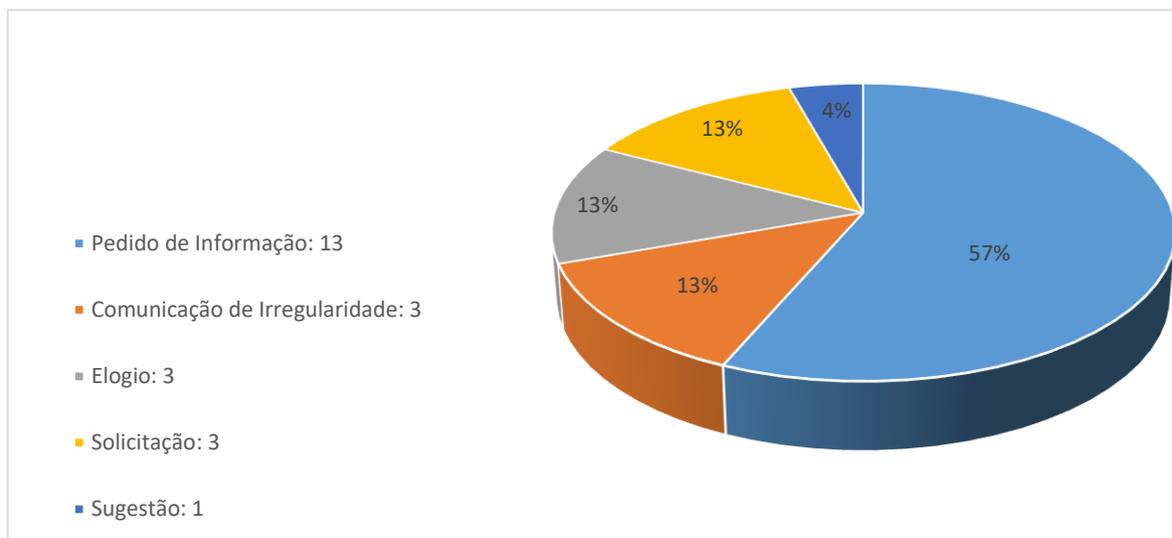
Endereço

(Avenida Pedro Calmon, nº 900, sala 18A, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, Brasil,
CEP 21.941-908

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	1	0	1
Fevereiro	0	0	0	0
Março	1	1	0	2
Abril	4	2	1	7
Maiο	2	2	0	4
Junho	2	0	0	2
Julho	1	1	0	2
Agosto	1	2	1	4
Setembro	0	1	0	1
Outubro	0	0	1	1
Novembro	2	0	1	3
Dezembro	0	0	0	0
TOTAL	13	10	4	27

Distribuição das manifestações por tipologia



Ações exitosa: Baseando-se nos assuntos/temas mais demandados no ano de 2022, a equipe de Ouvidoria e Acesso à Informação sugeriu às unidades administrativas responsáveis:

- que elaborassem Resposta Padrão sobre tais assuntos/temas, facilitando, assim, o trâmite interno das manifestações, bem como reduzindo o tempo de envio da resposta do CETEM ao cidadão;
- que gerassem arquivos com os dados atualizados, para serem inseridos no sítio eletrônico do CETEM, garantindo uma maior efetividade ao Plano de Dados Abertos e aderência à Transparência Ativa; e
- tendo como base algumas das demandas recebidas via plataforma Fala.BR, o CETEM resolveu ampliar a produção e distribuição de material gráfico de iniciação científica, bem como resolveu elaborar novos, visando atender, inclusive, o público do ensino básico.

Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

AND – Agência Nacional de Mineração	1
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações	1
ANM – Agência Nacional de Mineração	1
MCIDADANIA – Ministério da Cidadania	1
TOTAL	4

A Ouvidoria e o Serviço de Acesso à Informação, ao aproximar o CETEM dos usuários dos serviços públicos, prestam relevante serviço à sociedade, uma vez que atuam como facilitadores da interlocução que impulsiona a implantação de melhorias nos serviços públicos prestados pelo Centro de Pesquisa.

Dessa forma, fomentar o interesse de servidores em compor a equipe de Ouvidoria e Acesso à Informação do CETEM, bem como promover atualização e capacitação dos servidores responsáveis, são ações primordiais para aprimorar e garantir a continuidade dos relevantes serviços prestados pela referida equipe.



CETENE

CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDESTE

Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE

O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), é uma Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), criado em 2005 para apoiar o desenvolvimento tecnológico e econômico da região Nordeste, além de promover a integração entre a sociedade, a inovação e o conhecimento.

Nossa infraestrutura conta com laboratórios de referência, multiusuários nas macro áreas de biotecnologia, microeletrônica e nanotecnologia, todos contam com equipamentos e pesquisadores de altíssimo nível. Com prioridade de atender as demandas da sociedade, o CETENE atua articulando o conhecimento científico e tecnológico e o acesso ao fomento, promovendo, desta forma, a transferência de tecnologia de produtos e processos que contribuam com o desenvolvimento da Região Nordeste.

A atuação do Cetene prevê ainda ações de divulgação dos resultados provenientes dessas cooperações. Seminários, fóruns e capacitações são realizados no intuito de informar a sociedade acerca de ações do Centro, de seus parceiros e de outros agentes do sistema de ciência, tecnologia e inovação. Toda essa interação com a sociedade permite um fluxo de transferência de tecnologias que inserem na região ações, técnicas e produtos inovadores que colaboram com o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste. Formado por profissionais qualificados e com foco permanente no futuro, que pensam nas mais criativas soluções para as mais diversas demandas, o Cetene trabalha em parceria com universidades, empresas e outros centros de pesquisa, promovendo inovação, difundindo tecnologias e multiplicando competências.

Os processos são flexíveis, desburocratizados e atendem especificidades locais, fazendo uma importante ponte entre projetos em busca de apoios e apoiadores, além de ser um instrumento importante de inserção de tecnologias no setor produtivo e na sociedade, que faz orientação para ações de implantação de projetos tecnológicos, fundamentados a partir de estudos científicos e organização em cooperativas e/ou associações para capacitação das comunidades. Além disso, o Centro permite a colaboração entre as unidades de pesquisa e ensino de todo país e busca facilitar a formação de redes de pesquisas temáticas, que solucionam problemas em diversos segmentos em escalas regionais e nacionais.

Missão: Desenvolver, introduzir e aperfeiçoar inovações tecnológicas que tenham caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, promovendo cooperações baseadas em redes de conhecimento e nos agentes da economia nordestina.

Área de Atuação:

- Biotecnologia;
- Nanotecnologia; e
- Microeletrônica.

Contribuição Social: O Cetene domina tecnologias de multiplicação em larga escala de espécies vegetais importantes para a agricultura familiar na Região Nordeste como a palma forrageira, sisal e inhame.

Saiba mais : <http://www.cetene.gov.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Lygia Vilmar Britto
Keyla Costa Reis

Contato

ouvidoria@cetene.gov.br

Endereço

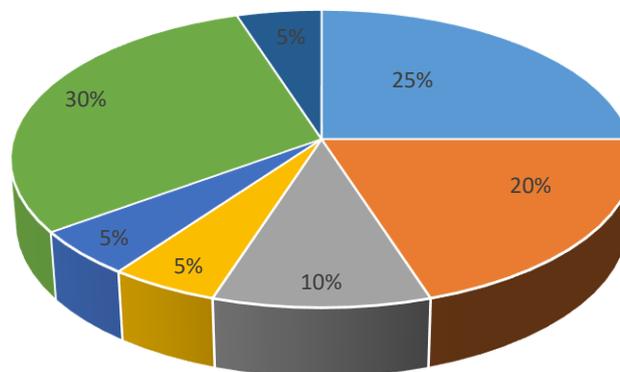
Av. Profº. Luiz Freire, 01. Cidade universitária, CEP 50740-545. Recife – PE

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	0	0	0
Fevereiro	0	1	1	2
Março	0	0	0	0
Abril	0	2	1	3
Maio	0	0	1	1
Junho	1	0	0	1
Julho	0	2	0	2
Agosto	0	1	1	2
Setembro	0	2	0	2
Outubro	0	1	0	1
Novembro	2	3	0	5
Dezembro	2	3	0	5
TOTAL	5	15	4	24

Distribuição das manifestações por tipologia

- Pedido de Informação: 5
- Comunicação de Irregularidade: 4
- Denúncia: 2
- Elogio: 1
- Reclamação: 1
- Solicitação: 6
- Sugestão: 1



Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

CEF – Caixa Econômica Federal	1
Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	1
MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária	1
MCIDADANIA – Ministério da Cidadania	1
TOTAL	4

Assuntos demandados: Apenas 11 manifestações das 20 apresentadas diziam respeito ao CETENE. As demais não eram pertinentes, e foram respondidas com informações sobre a Instituição e sua finalidade, utilizando-se resposta padrão.

Os motivos destas manifestações foram diversos:

Uso de software para gerenciamento de projetos	1
Pesquisa de competência do NIT	1
Denúncia de perseguição no Espírito Santo	1
Informações sobre Concurso Público	2
Leitura de pensamento	1
Declaração de Tempo de Serviço	3
Apresentação de aparelho medidor de leite	1
Contagem de votos na eleição de 2022	1
Cadastro no ENADE	1
Política econômica na América Latina	1
Fraude nas eleições de 2022	1
Informações sobre licitação de eventos	1
Informações sobre contrato de serviços terceirizados	2
Perda de telefone celular	1
Cadastro no Auxílio Brasil	1
Roubo de fios	1
TOTAL	20



Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI

O Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) foi criado em 1982 como Centro Tecnológico para Informática, como o braço operacional do governo na implantação da política nacional de informática. Ao longo dos seus quarenta anos, o CTI funcionou sob regimes administrativos diversos, seja como fundação pública, como autarquia, ou na atual configuração, como Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), pertencendo à administração direta do Governo Federal. Também teve várias denominações (Fundação Centro Tecnológico para Informática, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Centro de Pesquisas Renato Archer e, atualmente, Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer) e esteve vinculado a diferentes órgãos da estrutura do Poder Executivo Federal, sendo que, a partir de 2000 foi incorporado à estrutura do MCTI. O CTI tem uma orientação essencialmente tecnológica, buscando estabelecer a interação entre Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação estatais e o setor produtivo, na área de Tecnologia da Informação e em outras áreas correlacionadas a este setor.

Ao longo de sua história o CTI desenvolveu importantes projetos e participou de relevantes políticas públicas, dentre as quais podemos citar, de maneira meramente exemplificativa: estruturação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); aprimoramento do Sistema Eletrônico de Votação, sob demanda e em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral; criação do Centro de Treinamento e capacitação de profissionais em design de circuitos integrados, para suprir a indústria nacional no âmbito do programa CI-Brasil; envolvimento nas iniciativas para desenvolvimento da cadeia de tratamento de resíduos eletroeletrônicos, no âmbito da rede Sibratec; referência e pioneirismo no desenvolvimento de tecnologias tridimensionais, tendo atuado no planejamento cirúrgico de alta complexidade em mais de seis mil casos com hospitais públicos e no desenvolvimento do software InVesalius para tratamento de imagens médicas, que é utilizado atualmente em mais de 170 países por mais de 70.000 usuários; pioneirismo no estabelecimento das tecnologias de biofabricação na América Latina; projeto Certics, desenvolvimento de metodologia e certificação de desenvolvimento nacional de softwares; projeto AvalRDA, responsável pela implementação de um sistema e de metodologia específica, utilizados no tratamento de backlog de RDAs relativos a investimentos realizados no âmbito da Lei de Informática, acumulados desde 2006, resultando na análise de cerca de 20 mil relatórios de projetos em estoque no MCTI; desenvolvimento de sistemas de monitoramento cibernético de grandes massas de dados e

redes sociais para a detecção potencial de ataques terroristas, em cooperação com a Polícia Federal, para os Jogos Olímpicos de 2016; desenvolvimento de biossensores para a detecção rápida de doenças, como o Zika Vírus e, mais recentemente, para a Covid-19; coordenação de uma rede nacional de cooperação para desenvolvimento de circuitos integrados imunes à radiação; desenvolvimento e aplicação de metodologias para avaliação do nível de maturidade de cidades inteligentes.

Em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria MCTI nº 6.561/2022, e no Plano Diretor da Unidade para o período 2021-2025, a missão do CTI é definida pela geração, aplicação e disseminação de conhecimentos em Tecnologia da Informação e áreas correlatas, em benefício da sociedade brasileira.

Missão: Gerar, aplicar e disseminar conhecimentos em Tecnologia da Informação, em articulação com os agentes socioeconômicos, promovendo inovações que atendam às necessidades da sociedade.

Área de Atuação:

- Projeto, pesquisa, desenvolvimento e inovação em componentes eletrônicos, incluindo displays, CI, fotônica e energia fotovoltaica;
- Apoio ao desenvolvimento industrial no contexto de melhoria de processos de software, benchmarking industrial, robótica e visão computacional e teste de qualificação de produtos eletrônicos e componentes;
- Apoio às políticas públicas: TI Maior, Encti, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Plano Viver sem Limite, Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais e SUS; e
- Aplicação de TI na saúde: tecnologias tridimensionais, prototipagem rápida para o planejamento de cirurgias, comunicação aumentativa e alternativa e sistemas para previsão de demanda de hemocomponentes.

Contribuição Social: O CTI aplica e dissemina conhecimentos em Tecnologia da Informação, em articulação com os agentes socioeconômicos, promovendo inovações que atendam às necessidades da sociedade.

Saiba mais: <http://www.cti.gov.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Pedro Lúcio Lyra

Contato

dirin@cti.gov.br

Endereço

Rodovia Dom Pedro I (SP-65), KM 143,6 – Amarais; Campinas/SP CEP: 13069-901

No âmbito do CTI, as demandas de Ouvidoria e pedidos de informação são atendidos pela Coordenação de Planejamento e Melhoria de Processos, à qual compete exercer as funções de Ouvidoria do Centro, elaborando e disseminando internamente as normas pertinentes, bem como assessorar o Centro nos assuntos relacionados ao planejamento, controle e governança pública, e também pela Divisão de Relações Institucionais, responsável pela assistência à representação e comunicação institucional da Unidade de Pesquisa.

Contato e endereço para obtenção de informações a respeito da Ouvidoria e de Pedidos de Informação

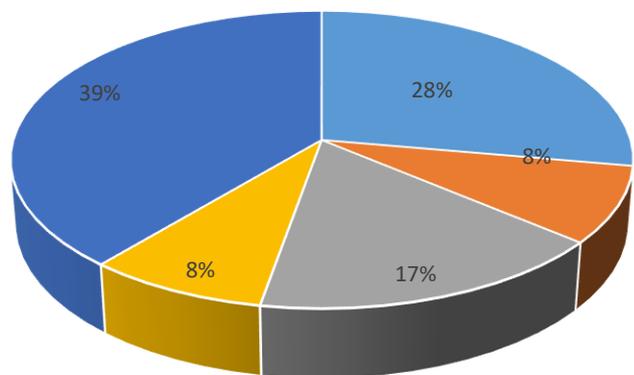
Informações adicionais podem ser obtidas nos canais indicados no campo "Fale Conosco" no site do CTI: https://www.gov.br/cti/pt-br/canais_atendimento/contact-info

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	2	0	2
Fevereiro	1	7	0	8
Março	0	2	2	4
Abril	2	4	0	6
Mai	1	1	2	4
Junho	0	3	0	3
Julho	2	1	1	4
Agosto	0	1	1	2
Setembro	0	2	1	3
Outubro	0	1	0	1
Novembro	2	1	0	3
Dezembro	2	1	2	5
TOTAL	10	26	9	45

Distribuição das manifestações por tipologia

- Pedido de Informação: 10
- Comunicação de Irregularidade: 3
- Denúncia: 6
- Reclamação: 3
- Solicitação: 14



Um aspecto relevante a salientar sobre as demandas recebidas pelo CTI via plataforma FalaBR é que, em razão do nome da instituição de pesquisa conter as palavras "tecnologia da informação", 31% (trinta e um por cento) destas tratavam de problemas de acesso a sistemas governamentais, especialmente a plataforma gov.br. Para responder a estas demandas foi elaborada uma resposta padrão, esclarecendo que o CTI é uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem por atribuição a pesquisa, desenvolvimento, aplicação e disseminação de conhecimentos em tecnologia da informação e áreas correlatas, não tendo por atribuição a manutenção dos referidos sistemas. Nas ocasiões em que foi possível identificar o órgão responsável pelo serviço ao qual os usuários se referiam, as demandas foram devidamente encaminhadas para receber o tratamento adequado.

Finalmente, cabe ressaltar que, em que pese a carência de recursos humanos dedicados à Ouvidoria e atendimento de demandas da Lei de Acesso à Informação no CTI, com o acesso às ferramentas e à farta documentação disponibilizadas pela Ouvidoria do MCTI, a expectativa é de aprimoramento contínuo dos serviços prestados e da satisfação do cidadão nas demandas recebidas por este Centro.

Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual	1
ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	1
JBRJ – Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	1
MCOM – Ministério das Comunicações	1
ME – Ministério da Economia	3
MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	1
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados	1
TOTAL	9



ibict

Instituto Brasileiro de Informação
em Ciência e Tecnologia

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência Tecnológica - IBICT

A origem do IBICT remonta ao início da década de 50, quando a Unesco sugeriu à Fundação Getúlio Vargas (FGV), que promovesse a criação, no Brasil, de um centro nacional de bibliografia. A ação da Unesco, à época, foi decisiva para o surgimento de instituições do gênero em diferentes países. A escolha inicial da FGV deveu-se ao fato de aquela instituição estar realizando importantes atividades na área de bibliografia e documentação. Por essa época, estava sendo criado, também, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que tinha, entre suas atribuições, "manter relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica".

Por meio de proposta conjunta CNPq/FGV, foi criado, em 27 de fevereiro de 1954, pelo Decreto do presidente da República nº 35.124, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que passou a integrar a estrutura organizacional do CNPq. Os anos 70 são marcados por uma reorganização das atividades de ciência e tecnologia no país.

Registra-se a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ampliando o seu poder, transformando-o em fundação, ligando-o à Secretaria do Planejamento e à Presidência da República. Da mesma maneira que o CNPq, o IBBBD passa por uma transformação, inclusive com a mudança de nome para Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com a publicação da Resolução Executiva do CNPq nº 20/76. O IBICT consolidava-se, então, como órgão que coordenaria, no Brasil, as atividades de informação em C&T. Desde 1975, o IBICT vem desenvolvendo as funções de Centro Nacional da Rede ISSN, para atribuição do número internacional normalizado para publicações seriadas.

A partir de 1980, o IBICT se estabeleceu como Centro Brasileiro do ISSN e passou a ser o único membro no Brasil para atribuição do código ISSN. Um dos primeiros serviços do IBICT, o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), foi criado em 1954, pelo então IBBBD, como um catálogo convencional de fichas, com prestação de informações presenciais, por telefone ou correspondência.

Desde então, o serviço tem acompanhado a evolução das tecnologias, passando pela edição impressa, por microfichas e, finalmente, para sua atual versão eletrônica. O Programa de Comutação Bibliográfica (Comut), instituído pela Portaria nº 456 de 5 de agosto de 1980, é um

dos produtos tradicionais do IBICT, que possibilita a obtenção de cópias de documentos técnicos científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais.

O IBICT hoje é referência em projetos voltados ao movimento do acesso livre ao conhecimento. Exemplo desse compromisso é a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), lançada em 2002, que utiliza as mais modernas tecnologias de arquivos abertos e integra sistemas de informações de teses e dissertações de instituições de ensino e pesquisa brasileiras. A BDTD possui um acervo de mais de 126 mil teses e dissertações de 90 instituições de ensino. Isso faz dela a maior biblioteca dessa natureza, no mundo, em número de registros de teses e dissertações de um só país. Faz parte também da história recente do IBICT o lançamento do CanalCiência, portal de divulgação científica e popularização da ciência, concretizado em 2002, que utiliza as mídias audiovisuais como recurso para inclusão de jovens na Sociedade da Informação. Vale frisar que o CanalCiência foi indicado ao prêmio da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, como melhor exemplo de conteúdo eletrônico e criatividade desta categoria. Em 2005, além de aprimorar os serviços tradicionais, o IBICT ampliou sua atuação ao abranger outros segmentos da sociedade carentes de informação organizada na Web que ainda não faziam parte da sua comunidade de usuários.

Para tanto, criou o Programa de Inclusão Social e passou a utilizar sua expertise em organização, armazenamento e disseminação da informação para apoiar as políticas públicas voltadas ao campo social, notadamente no que diz respeito à implementação de ações diretas no campo da aprendizagem informacional e digital. Atualmente, os serviços do IBICT podem ser descritos em quatro grupos: Informação Científica, Informação Tecnológica, Tecnologias para a Informação e Ensino e Pesquisa. Os serviços de Informação Científica compreendem, além da já citada BDTD, o Acesso Aberto à Informação Científica OASIS, as revistas Ciência da Informação, Inclusão Social e Liinc em Revista e a biblioteca do IBICT, especializada em Ciência da Informação.

Os serviços de Informação Tecnológica compreendem a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), o Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), entre outros. Os serviços de Tecnologias para a Informação incluem a Rede de Preservação Digital Cariniana, o Dataverse para preservação digital de dados de pesquisa, o Hipátia para a preservação digital de dados governamentais e o Visão para visualização de dados. Por fim, o IBICT oferece o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, o mais antigo do país e com conceito 6 da CAPES. Esses são os principais serviços do instituto, que oferece cerca de mais duas dezenas de serviços e produtos omitidos nesse relatório.

Missão: Promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico.

Área de Atuação:

- Ciência da Informação;
- Comunicação e divulgação científicas;
- Acesso livre à informação científica e tecnológica;
- Transferência de tecnologias da informação; e
- Inclusão informacional e inovação social.

Contribuição Social: O Ibict disponibiliza, em texto completo e livre de custos, a produção científica de instituições de ensino e pesquisa brasileiras. O Ibict divulga pesquisas brasileiras em linguagem acessível, de fácil leitura e compreensão.

Saiba mais: <https://www.gov.br/ibict/pt-br>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Henrique Denes Hilgenberg Fernandes

Contato

ouvidoria@ibict.br

(61) 3217-6114

Endereço

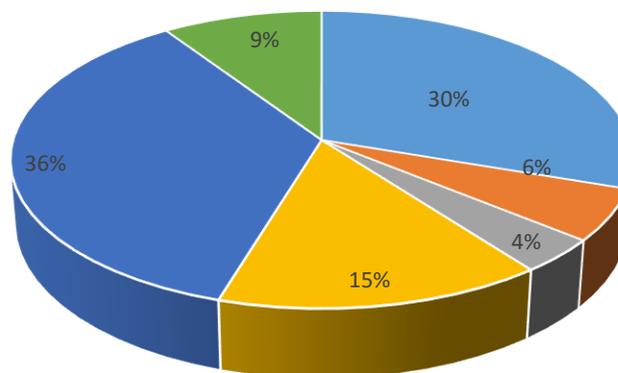
SAS Quadra 5, lote 6, Bloco H, Mezanino, Brasília/DF CEP: 70070-912

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	0	0	0
Fevereiro	2	3	3	8
Março	2	3	4	9
Abril	1	2	1	4
Maio	3	0	0	3
Junho	2	2	0	4
Julho	0	9	1	10
Agosto	1	1	1	3
Setembro	4	4	0	8
Outubro	0	2	0	2
Novembro	1	7	0	8
Dezembro	0	4	0	4
TOTAL	16	37	10	63

Distribuição das manifestações por tipologia

- Pedido de Informação: 16
- Comunicação de Irregularidade: 3
- Denúncia: 2
- Reclamação: 8
- Solicitação: 19
- Sugestão: 5

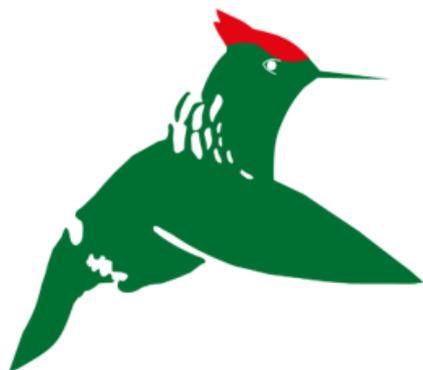


Uma avaliação qualitativa das manifestações recebidas na ouvidoria mostra que 32% das demandas (12 demandas) referem-se a situações de competência de outros órgãos. Acredita-se que a recorrência de tais demandas ocorre com tão grande frequência pelo fato do nome do instituto figurar em uma das primeiras posições de uma lista drop-down do formulário, na área de cadastro da plataforma. Por exemplo, ao procurar pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o cidadão digita “instituto” e acaba escolhendo, de forma não intencional, o IBICT na lista. Também foi identificado que 19% das manifestações (7 manifestações) são espúrias, situações pouco factíveis, ou seja, demonstram baixa ou nenhuma relação com a atuação e missão do Instituto. Além disso, a análise de um determinado caso demonstrou a identificação de um texto com aspectos de pouca objetividade, longo e com redundâncias que impactavam na compreensão semântica da solicitação, o que sugere que possa ter sido gerado por software.

Os tipos “Comunicação” e “Denúncia” são normalmente utilizados para reportar supostas irregularidades e, em sua quase totalidade, reportaram fatos não relacionados ao serviço público. As reclamações, quando pertinentes, tratavam de alguma falha na prestação de serviços do instituto, como problemas com sistemas ou dados incorretos. A maioria das solicitações referiam-se a serviços de outros órgãos e a um fornecedor que emite faturas mensalmente e abria uma solicitação a cada fatura emitida. Por fim, as sugestões refletem expectativas dos cidadãos quanto ao que eles compreendem ser a missão do IBICT.

Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1
INSA – Instituto Nacional do Semi-Árido	1
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	1
ME – Ministério da Economia	5
MS – Ministério da Saúde	1
PR – Presidência da República	1
TOTAL	10



INMA

INSTITUTO NACIONAL
DA MATA ATLÂNTICA

Instituto Nacional da Mata Atlântica – INMA

Criado em 5 de fevereiro de 2014 pela Lei 12.954, foi fundado como Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (MBML), por Augusto Ruschi, em 1949. Está sediado em um parque de 77.000m², na cidade de Santa Teresa, Espírito Santo, e inclui a residência de Augusto Ruschi – atualmente sede administrativa – biblioteca, pavilhões de exposições, áreas de coleções científicas e laboratórios, viveiros de animais e plantas, casa de hóspedes, auditório e oficina.

O INMA dispõe de duas estações biológicas a poucos quilômetros de sua sede: a Estação Biológica de São Lourenço (Caixa d'Água), com 22 hectares; e a Estação Biológica de Santa Lúcia (EBSL), com 440 hectares, que conta com laboratório de campo e casa de hóspedes para apoio à pesquisa, sendo administrada pelo INMA em parceria com outros proprietários da área: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Associação Amigos do Museu Nacional (SAMN). O INMA disponibiliza serviços de visitação pública ao parque zoobotânico, visitação e empréstimos das coleções de zoologia e botânica, além de hospedagem e uso da EBSL para fins de educação e pesquisa científica.

Missão: Realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas suas áreas de atuação, relacionadas à Mata Atlântica.

Área de Atuação:

- Conhecimento da biodiversidade;
- Conservação e uso sustentável;
- Coleções biológicas; e
- Educação e difusão.

Contribuição Social: Compreensão e disseminação de processos que levem ao desenvolvimento sustentável e integrado – sociedade e ambiente – especialmente no domínio da Mata Atlântica.

Saiba mais: <http://inma.gov.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Alba Livia Tallon Bozi
Leandro Meneguelli Biondo

Contato

(27) 3259-1182 / 3259-1696 / 3259-2100

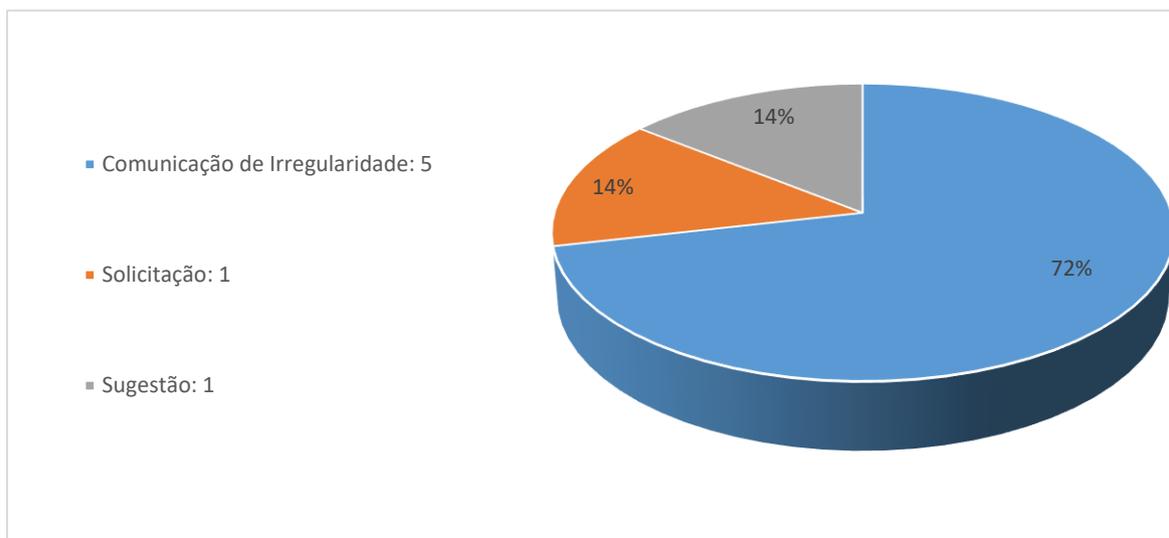
Endereço

Av. José Ruschi, Nº 4, Santa Teresa - ES - Cep: 29.650-000

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	0	0	0
Fevereiro	0	2	0	2
Março	0	1	0	1
Abril	0	1	1	2
Maiο	0	0	1	1
Junho	0	0	0	0
Julho	0	1	8	9
Agosto	0	1	0	1
Setembro	0	1	5	6
Outubro	0	0	2	2
Novembro	0	0	2	2
Dezembro	0	0	0	0
TOTAL	0	7	19	26

Distribuição das manifestações por tipologia



O INMA recebeu manifestações de diversos estados que compõem a Mata Atlântica. Todos os casos informavam ou denunciavam fatos relacionados a meio ambiente, a legislação ambiental e suspeitas de ações danosas a natureza. Foi registrado, inclusive, pedido relacionado a denúncia em Novo Progresso, no Pará, floresta amazônica. Todas as manifestações com informações mínimas foram encaminhadas para os órgãos de fiscalização competentes.

Na plataforma FALA.BR o INMA é confundido com um órgão ambiental por conta do nome.

Outras manifestações foram arquivadas por terem dados incompletos ou serem envios sem objetivo e direcionados a diversos órgãos, por exemplo.

O site do INMA conta com informações frequentemente buscadas por cidadãos junto à recepção do parque ou por telefone, dúvidas e publicações que são colocados em perguntas frequentes e repositório online. Faz-se atualização constante dessas informações, apesar de não terem sido alvo de manifestação por meio da plataforma FALA.BR.

Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

IBAMA – Inst. Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Ren.	15
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	1
JBRJ – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	1
Prefeitura – Porto União/SC	2
TOTAL	19

O INMA tem um histórico de poucos pedidos de informação ou registros de reclamações e outras manifestações, ao menos desde 2019. Anteriormente, as manifestações eram feitas por um e-mail. Eram abordadas dúvidas que hoje são respondidas por telefone ou manifestações anônimas de críticas sem fatos ou fundamento que pareciam ser fruto de brincadeiras ou insatisfações pessoais de cidadãos, que, após a implementação do FALA.BR, não mais ocorreram. Hoje o e-mail anteriormente usado para críticas encaminha o usuário para o FALA.BR e, apesar de termos recebido apenas manifestações que não são relacionadas às competências da instituição, os funcionários do INMA parecem mais satisfeitos com a formalidade de um mecanismo monitorado pela CGU e pela ouvidoria do MCTI.

Elogios, dúvidas e reclamações de rotina relacionados às nossas atividades chegam pelos e-mails de agendamento e comunicação com o público, em resposta a expedições de campo que deram certo ou visitas que aconteceram. A maior formalidade e características visuais da plataforma FALA.BR podem inibir manifestações menores ou rápidas. Entretanto, as ferramentas do Conselho dos Usuários e as enquetes de satisfação podem facilitar essa comunicação, principalmente na sugestão de melhorias e avaliação dos nossos serviços.



Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA

Criado em 1952 e implementado em 1954 - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) - ao longo dos anos, vem realizando estudos científicos do meio físico e das condições de vida da região amazônica para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico regional. Atualmente, o INPA é referência mundial em Biologia Tropical.

Os primeiros anos do INPA foram caracterizados por pesquisas, levantamentos e inventários de fauna e de flora. Hoje, o desafio é expandir de forma sustentável o uso dos recursos naturais da Amazônia. Para cumprir o desafio, o Instituto possui as coordenações gerais de Capacitação, Administração, Ações Estratégicas, Extensão, e quatro Coordenações de Pesquisas atuando nos seguintes focos: Dinâmica Ambiental; Sociedade, Ambiente e Saúde; Tecnologia e Inovação e Biodiversidade. O INPA ainda possui quatro núcleos de pesquisas localizados nos Estados do Acre, Roraima, Pará e Rondônia.

Missão: Gerar e disseminar conhecimentos e tecnologias e capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia.

Área de Atuação:

- Biodiversidade – o conhecimento da diversidade biológica da região amazônica e seus aspectos ecológicos;
- Dinâmica ambiental – o entendimento do ecossistema amazônico nos seus diferentes componentes: físicos, biológicos e sociais;
- Tecnologia e Inovação – a aplicação do conhecimento adquirido sobre recursos naturais para o desenvolvimento de técnicas, processos e produtos que atendam às demandas socioeconômicas; e
- Sociedade e ambiente – a dinâmica das populações e suas implicações socioambientais, com vista à manutenção da qualidade de vida.

Contribuição Social: O Inpa gera informações que subsidiam a formulação de políticas públicas e permitem a tomada de decisões, e produz propostas de alternativas eficientes nas áreas de segurança alimentar, saúde e acesso à água de qualidade e energia.

Saiba mais: <http://portal.inpa.gov.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Jorge Cativo
Evandi do Nascimento

Contato

sic@inpa.gov.br

Endereço

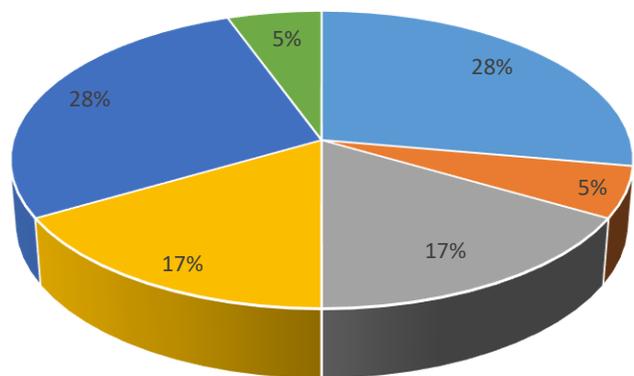
Av. André Araújo, 2.936 - Petrópolis - CEP 69067-375 - Manaus -AM, Brasil

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	1	6	2	9
Fevereiro	0	4	0	4
Março	1	2	0	3
Abril	0	1	0	1
Mai	2	0	1	3
Junho	0	3	0	3
Julho	1	1	0	2
Agosto	2	3	0	5
Setembro	1	3	2	6
Outubro	0	1	0	1
Novembro	0	2	0	2
Dezembro	2	0	0	2
TOTAL	10	26	5	41

Distribuição das manifestações por tipologia

- Pedido de Informação: 10
- Denúncia: 2
- Comunicação de Irregularidade: 6
- Reclamação: 6
- Solicitação: 10
- Sugestão: 2



Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

IBAMA – Inst. Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Ren.	1
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	1
MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária	1
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	2
TOTAL	5



Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE

O INPE surgiu no início dos anos 1960, motivado pelas expectativas que se criaram em torno das primeiras conquistas espaciais obtidas pela União Soviética e pelos Estados Unidos. Em 1957, os soviéticos lançaram o primeiro satélite ao espaço, o Sputnik. Um ano depois, foi a vez de os Estados Unidos colocarem o Explorer em órbita da Terra. Em 1960, a Sociedade Interplanetária Brasileira (SIB) resolveu, durante a Reunião Interamericana de Pesquisas Espaciais, propôs a criação de uma instituição civil de pesquisa espacial no país, e enviou uma carta ao então presidente da República, Jânio Quadros, sugerindo tal iniciativa. Em agosto do mesmo ano, Jânio Quadros, entusiasmado com as iniciativas na área, assinou o decreto que criaria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), o embrião do que viria a ser o INPE, dando início às atividades espaciais no Brasil. As atividades científicas do início da década de 1960 permitiram que o Instituto iniciasse cooperações com diversos atores da área espacial, inclusive com organismos internacionais.

As atividades experimentais também é um ponto forte do INPE, realizando diversas atividades em colaboração com a NASA e outras organizações nacionais e estrangeiras. Os primeiros anos de existência do GOCNAE ou CNAE, como passou a ser conhecido nos anos 1960, foram dedicados às ciências espaciais e atmosféricas, num momento em que a comunidade científica internacional intensificava as pesquisas nas áreas de geofísica, aeronomia e magnetismo, devido à reduzida atividade solar nos Anos Internacionais do Sol Calmo (1964 – 1965).

O interesse externo na coleta de dados na faixa equatorial trouxe a oportunidade de o INPE se inserir na comunidade científica internacional. Ainda na década de 1960, um projeto que fomentaria a formação de especialistas para suprir a falta de cientistas nas diferentes áreas de pesquisa em que o Instituto já vinha atuando. Em 1968, foi estabelecido o PORVIR, através do qual o INPE iniciou suas atividades de Pós-Graduação. Além de garimpar pesquisadores talentosos ainda em formação nas universidades, pesquisadores estrangeiros foram atraídos para atuar em diferentes áreas de pesquisa e ensino do INPE.

Nos anos 60, o INPE iniciou e ampliou suas atividades em pesquisa científica e de recepção e processamento de dados e imagens de satélites meteorológicos. Desde essa época, realiza desenvolvimentos extraíndo uma série de produtos a partir de dados e imagens obtidos de sensores a bordo de satélites das séries Geostationary Operational Environmental Satellite (GOES), National Oceanic & Atmospheric Administration (NOAA), dos Estados Unidos, e Meteorological Satellite (METEOSAT), da União Europeia. Na década de 1980, como

desdobramento das atividades de pesquisa e acompanhando a evolução das previsões numéricas de tempo nos países desenvolvidos, pesquisadores do INPE propuseram a criação de um moderno centro de previsão de tempo, onde seriam desenvolvidos modelos a serem processados em um supercomputador.

A criação do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) foi aprovada em 1987 e sua inauguração ocorreu em 1994. Planejado para gerar previsões numéricas de tempo, o CPTEC passou a fornecer também previsões de clima sazonal. Alguns anos depois, o novo centro passou a gerar previsões regionais, cobrindo a América do Sul com melhor resolução, e no início dos anos 2000, previsões e monitoramento ambiental. Com a atualização constante de sua base computacional de alto desempenho, o CPTEC, hoje denominado DIPTC, tornou-se um centro de referência internacional, com capacidade científica e tecnológica que permite a melhoria contínua de suas previsões para o país e América do Sul.

Além das previsões, a área realiza o monitoramento da atmosfera e chuvas, agregando informações ambientais e de tempo e clima às atividades do agronegócio, na geração de energia, em transportes, serviços e obras, turismo e lazer etc. Ainda em associação com as atividades de P&D de tecnologias espaciais, foram criados os Laboratórios Associados, instituídos em 1986 com o objetivo de desenvolver atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) de interesse para a área espacial, tais como sensores e materiais, plasma, computação e matemática aplicada, e combustão e propulsão.

Na área de Engenharia e Tecnologia Espacial, o INPE foi responsável pelo desenvolvimento de dois satélites de coleta de dados (SCD's) ambientais de aproximadamente 100 kg e de dois satélites de sensoriamento remoto de cerca de 150 kg para órbita polar, bem como pelo desenvolvimento de um sistema de solo para o controle de satélites e para o processamento e distribuição de dados de suas cargas úteis.

O INPE conta ainda com o Laboratório de Integração e Testes, inaugurado em 1987. O Laboratório faz parte da Coordenação de Manufatura, Integração e Testes (COMIT) e é responsável pela montagem e integração dos satélites brasileiros, mas também vem sendo contratado para a realização de testes e integração de satélites estrangeiros. Além disso, atende a solicitações de teste, verificação e calibração de sistemas e subsistemas para vários setores da indústria nacional.

Em paralelo ao desenvolvimento e lançamento dos SCD's, o INPE investiu na instalação de uma infraestrutura de várias centenas de Plataformas de Coleta de Dados (PCDs) distribuídas por todo o território nacional e países vizinhos. Seu desenvolvimento foi promovido pela MECB,

tendo se transformado em uma atividade operacional que continua a ser apoiada pelos satélites da série CBERS. Em 2021 o INPE lançou o Satélite AMAZONIA 1, o primeiro satélite de Observação da Terra completamente projetado, integrado, testado e operado pelo Brasil, consolidando o conhecimento brasileiro no ciclo completo de desenvolvimento de satélites estabilizados em 3 eixos.

O INPE tem sua sede localizada em São José dos Campos-SP com atividades desenvolvidas nas cinco regiões do País:



Missão: Produzir ciência e tecnologia, operar sistemas, formar pessoas e oferecer produtos e serviços singulares e soluções inovadoras nas áreas do espaço exterior e do sistema terrestre, para o avanço e a difusão do conhecimento e o desenvolvimento sustentável, em benefício do Brasil e do mundo.

Visão: Ampliar o protagonismo nacional e internacional em pesquisa, desenvolvimento e aplicações nas áreas do espaço exterior e do sistema terrestre.

Valores:

- Excelência e Inovação;
- Compromisso com a Ciência Pluralidade;
- Diversidade, Inclusão e Colaboração;
- Compromisso Socioambiental Resiliência, Ética, Integridade, Segurança e Transparência; e
- Valorização das Pessoas e Preservação da Memória Institucional.

Área de Atuação:

- Ciências espaciais e atmosféricas;
- Previsão de tempo e estudos climáticos; Observação da Terra;
- Ciência do sistema terrestre;
- Engenharia e tecnologia espacial;
- Rastreamento e controle de satélites;
- Integração e testes de satélites; e
- Atividades associadas em sensores e materiais, plasma, computação e matemática aplicada, combustão e propulsão.

Contribuição Social: O Inpe desenvolve, opera e utiliza sistemas espaciais ou com acesso ao espaço para o avanço da ciência, da tecnologia e das aplicações nas áreas do espaço exterior e do ambiente terrestre. O projeto, construção, integração e controle de satélites feitos pela indústria nacional, a previsão numérica de tempo e clima terrestre e espacial, o monitoramento dos biomas brasileiros e a elaboração de cenários de mudanças climáticas globais, derivados desse avanço, fazem parte da contribuição do Inpe para a sociedade brasileira.

Saiba mais: <http://www.inpe.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Valéria Ribeiro Gonçalves Fernandes

Viviane Renata Campos

Oswaldo Duarte Miranda

Contato

sic@inpe.br

Endereço

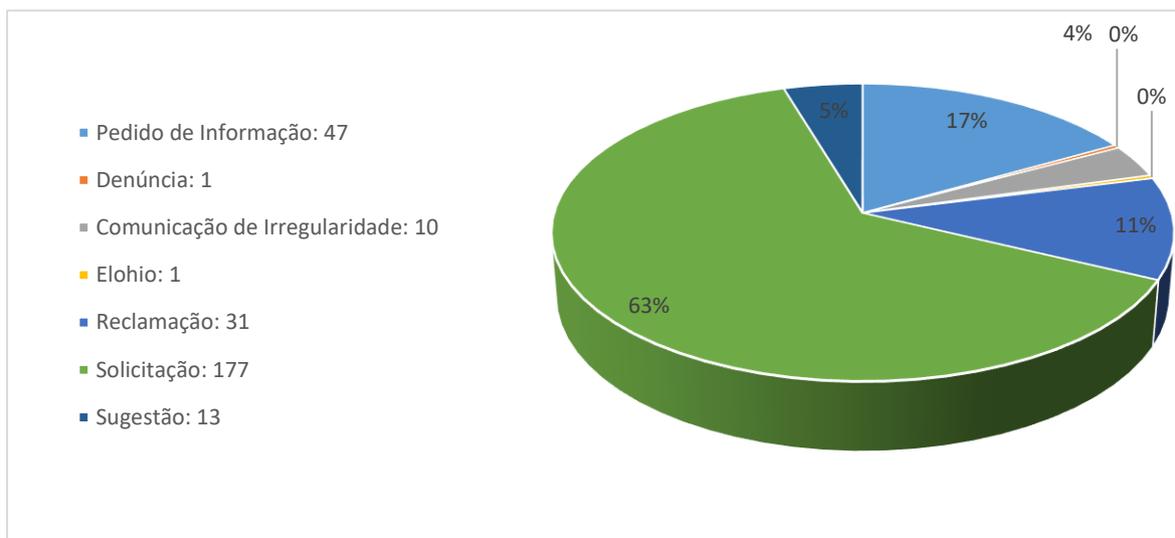
Avenida dos Astronautas, 1.758 - Jardim da Granja - São José dos Campos/SP

CEP: 12.227-010

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	3	16	2	21
Fevereiro	2	20	5	27
Março	4	18	5	27
Abril	4	13	4	21
Maiο	6	18	10	34
Junho	2	14	5	21
Julho	3	16	6	25
Agosto	6	17	7	30
Setembro	4	23	11	38
Outubro	4	31	9	44
Novembro	5	31	4	40
Dezembro	4	16	4	24
TOTAL	47	233	72	352

Distribuição das manifestações por tipologia



Assunto recorrentes: As solicitações de informação mais recorrentes estão relacionadas com a área de Ciências Terrestres, como dados do PRODES (Desmatamento), Queimadas e Ocorrência de Descargas Atmosféricas.

Verifica-se que muito(a)s usuário(a)s confundem um pedido de informação com Acesso à Informação. Por esse motivo rotineiramente solicitamos a troca do tipo da manifestação, porém algumas vezes o usuário, por falta de conhecimento, não concorda com a alteração. Como sugestão a criação de uma aba explicativa, na Plataforma Fala.BR, do que é o Acesso à Informação para que o(a) cidadão(ã) possa confirmar se realmente é o tipo de que ele(a) precisa.

Uma melhoria importante a ser realizada na Plataforma Fala.BR é a questão da caixa de contribuições, dos respondentes, das Unidades. A caixa é muito limitada e a inserção de anexos nem sempre funciona. Desta maneira, muitas vezes é preciso tratar manifestações de Ouvidoria ainda utilizando o SEI.

A Plataforma Fala.BR é um canal importante com o Poder Público Federal, possibilitando o acesso aos mais diversos assuntos e documentos, porém precisa ser melhorada e mais difundida.

Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

AEB – Agência Espacial Brasileira	2
AGU – Advocacia Geral da União	1
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicombustível	1
CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres N.	1
DPF – Departamento de Polícia Federal	1
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais A. T.	9
INMETRO – Instituto Nacional de Meteorologia, Qualidade e Tecnologia	1
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas	1
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial	2
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	5
MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária	37
MCIDADANIA – Ministério da Cidadania	1
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	3
MEC – Ministério da Educação	2
MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	3
TOTAL	72



INSA

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO

Instituto Nacional do Semiárido – INSA

O Instituto Nacional do Semiárido (INSA) é uma Unidade de Pesquisa integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) por força da Lei nº 10.860, de 14 de abril de 2004. Instituído como Unidade de Pesquisa integrante da estrutura básica do então Ministério da Ciência e Tecnologia, (MCT), na forma do disposto no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006.

Regulamentado pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, o INSA tem como finalidade promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos polos socioeconômicos e ecossistemas estratégicos da região do Semiárido brasileiro, bem como realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área de desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região.

Sua missão é ser agente de transformação, promovendo inovação tecnológica e social para o Semiárido brasileiro. O Regimento Interno do INSA estabelece que as atividades desenvolvidas pelo instituto sejam baseadas em cinco eixos: 1º Articulação 2º Pesquisa 3º Formação 4º Difusão e 5º Políticas Públicas.

Para isso, atua nas seguintes áreas de pesquisa: biodiversidade; ciência e tecnologia de alimentos; desertificação e agroecologia; energia; gestão da informação e do conhecimento; inovação, recursos hídricos; sistemas de produção animal e vegetal; solos e mineralogia. Possui como visão de futuro ser reconhecido até 2030 como Instituto de excelência em Ciência, Tecnologia e Inovação por meio de ações de articulação com o ecossistema para a construção de um Semiárido sustentável. Os valores que norteiam essa meta futura da instituição são cooperação; impacto social; inovação; valorização das pessoas; transparência e ética; todos articulados ao conhecimento sobre semiárido.

Missão: Viabilizar soluções interinstitucionais para a realização de ações de pesquisa, formação, difusão e formulação de políticas para a convivência sustentável do Semiárido brasileiro, a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região.

Área de Atuação:

- Biodiversidade e uso sustentável;
- Sistemas de Produção;
- Recursos hídricos; e
- Desertificação.

Contribuição Social: A pesquisa sobre temas como a bioprospecção e biotecnologia, e a realização de pesquisa-ação com famílias camponesas para o estudo da resiliência de sistemas produtivos a eventos climáticos extremos transitam pelas fronteiras do saber científico a partir de problemas reais, contextualizados, buscando mudar a vida das pessoas. E nessa construção, as pessoas, as famílias, as comunidades e setores organizados têm sido protagonistas do processo, convertendo os conhecimentos na sua esperança da construção de alternativas para a superação da miséria e da pobreza.

Saiba mais: <http://www.insa.gov.br/>

- Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação –

Interlocutores

Everaldo Gomes da Silva
Rodeildo Clemente

Contato

sic@insa.gov.br

Endereço

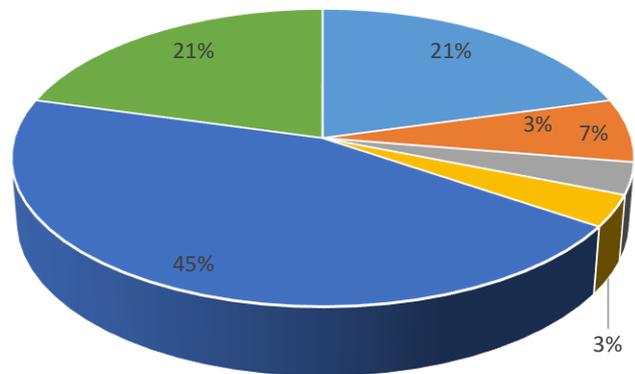
Av. Francisco Lopes de Almeida, S/N – Serrotão – Campina Grande/PB
CEP: 58.434-700

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	2	0	2
Fevereiro	1	4	0	5
Março	0	3	0	3
Abril	0	2	0	2
Mai	1	1	0	2
Junho	0	2	0	2
Julho	0	3	1	4
Agosto	0	2	0	2
Setembro	1	0	0	1
Outubro	0	1	0	1
Novembro	1	2	0	3
Dezembro	2	1	1	4
TOTAL	6	23	2	31

Distribuição das manifestações por tipologia

- Pedido de Informação: 6
- Denúncia: 2
- Comunicação de Irregularidade: 1
- Elogio: 1
- Reclamação: 13
- Solicitação: 6



Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	2
TOTAL	2

INSTITUTO
NACIONAL DE
TECNOLOGIA

INT

Instituto Nacional de Tecnologia – INT

Fundado em 28 de dezembro de 1921, como Estação Experimental de Combustíveis e Minérios (EECM), ligada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o INT surgiu com a função de investigar e divulgar os processos industriais de aproveitamento de combustíveis e minérios do País. Seu fundador e primeiro diretor foi Ernesto Lopes da Fonseca Costa.

Desde então, o INT é reconhecido pela criatividade, competência e pioneirismo com que atua em temas estratégicos para o desenvolvimento do País. Ainda na década de 1920, desenvolveu o automóvel a álcool; na década de 1930, deu início ao desenvolvimento de pesquisas em biocombustíveis com várias oleaginosas e provava a existência de petróleo no Brasil.

Na década de 1940, criou o método de ensaio de resistência do concreto, reconhecido e adotado mundialmente como Brazilian Test, e desenvolveu processos que permitiram o uso da pasta de eucalipto na produção de papel.

Na década de 1950, investiu nos estudos de biotecnologia e de preservação do meio ambiente e fez o primeiro estudo de corrosão sob tensão no Brasil.

Na de 1960, implantou o primeiro Centro de Informação Tecnológica da América Latina; na de 1970, instalou uma usina para produzir álcool a partir de mandioca; na de 1980, coordenou o levantamento antropométrico da população brasileira; e na de 1990, desenvolveu programas de gestão de produção e voltou-se para ofertar suporte tecnológico às pequenas e médias empresas.

Nos últimos anos, o INT fortaleceu suas pesquisas em grandes temas como biodiesel, nanotecnologia, petróleo e gás, produtos para a saúde e energias renováveis e ampliou suas ações de transferência de tecnologia à sociedade, por meio do seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e programas de extensão tecnológica.

Missão: Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação.

Área de Atuação:

- Desenvolvimento Tecnológico em Desenho Industrial, Ensaio em materiais e produtos, Química analítica e Processamento e caracterização de materiais;

- Tecnologias Aplicadas de Catálise e processos químicos, Corrosão e degradação, Energia e Engenharia de avaliações e de produção;
- Inovação tecnológica; e
- Certificação de produto.

Contribuição Social: Voltado à Inovação, o INT contribui para a sociedade transferindo tecnologias para empresas e por meio da realização de serviços técnicos especializados e da certificação de produtos. Com característica multidisciplinar, o Instituto atua ainda em temas tecnológicos estratégicos e atuais, como as tecnologias sociais, que incluem tecnologias assistivas, direcionadas à melhoria da acessibilidade e qualidade de vida de pessoas com deficiências.

Saiba mais: <http://www.int.gov.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Denise dos Santos Pacheco
Larissa Campos de Medeiros

Contato

ouvidoria@int.gov.br

Endereço

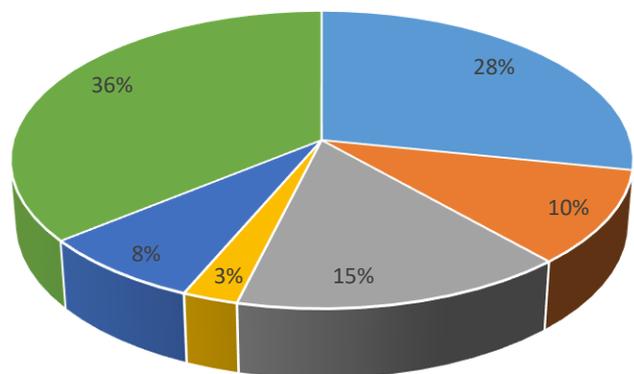
Av. Venezuela, 82 - Mauá - CEP 20.081-312 – Rio de Janeiro/RJ

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	1	2	5	8
Fevereiro	0	7	5	12
Março	1	4	2	7
Abril	2	2	4	8
Mai	1	1	2	4
Junho	1	3	3	7
Julho	0	2	4	6
Agosto	0	1	12	13
Setembro	2	4	2	8
Outubro	1	4	7	12
Novembro	1	3	7	11
Dezembro	1	0	5	6
TOTAL	11	33	58	102

Distribuição das manifestações por tipologia

- Pedido de Informação: 11
- Denúncia: 4
- Comunicação de Irregularidade: 6
- Sugestão: 6
- Reclamação: 3
- Solicitação: 14



Assuntos recorrente: Na Ouvidoria, os assuntos recorrentes relacionam-se a: questões sobre o Gov.br (18), encaminhadas ao Ministério da Economia; questões sobre certificado digital, encaminhadas ao ITI (15); e questões sobre aposentadoria, encaminhadas ao INSS (5). Com relação ao INT, são frequentes solicitações de serviços técnicos especializados.

Pelo SIC são recorrentes: pedidos para responder questionários de mestrado e doutorado; solicitações de informações sobre quantitativos de servidores ativos, servidores com tempo de aposentadoria e contratados; e solicitações de informações sobre contratos.

Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações	3
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais A.T.	1
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	7
ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	19
MCIDADANIA – Ministério da Cidadania	1
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	2
ME – Ministério da Economia	23
MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública	1
MS – Ministério da Saúde	1
TOTAL	58

A partir da análise das manifestações recebidas pelo INT, percebe-se que os usuários têm muita dificuldade na hora de escolher o tipo de manifestação e quase sempre não sabem para quem mandar sua manifestação ou erram ao clicar em uma instituição em vez de outra.

No caso do INT, por se chamar “Instituto Nacional de (...)”, várias vezes direcionam manifestações que deveriam ter sido enviadas ao INSS e ao ITI. O INT, como órgão ligado à tecnologia, recebe muitas mensagens de pessoas com problemas em sites, problemas para recuperar suas senhas pessoais, problemas relacionados à Tecnologia da Informação em geral. Talvez uma solução para isso esteja na apresentação das instituições no Fala.br. Por exemplo: ao escolher o INT, ao usuário é apresentada uma lista dos serviços prestados pelo órgão. Caso o usuário encontre ali o que precisa, ele pode clicar em confirmar e prosseguir com sua manifestação.

A mesma solução poderia ser adotada para uma escolha mais assertiva quanto ao tipo de manifestação, principalmente quanto ao termo “Acesso à Informação”, muitas vezes confundido com um pedido de informação. Por exemplo, o usuário, ao escolher o tipo de manifestação, recebe uma breve explicação sobre sua escolha e confere se procede. Ou, ainda, podem ser empregadas soluções de Inteligência Artificial para auxiliar de alguma maneira nesse momento.

De toda forma, o sistema Fala.br é uma conquista para a sociedade, que precisa dos serviços públicos, e que muitas melhorias ainda serão implementadas.



Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA

O Laboratório Nacional de Astrofísica é uma Unidade de Pesquisa do MCTI com características de laboratório nacional, prestando serviços à comunidade científica brasileira. A sede administrativa do LNA localiza-se em Itajubá/MG.

A missão do LNA é fornecer à comunidade astronômica brasileira a infraestrutura e os meios para a pesquisa competitiva em astronomia observacional óptica e infravermelha. A clientela do LNA é formada por profissionais e estudantes de astronomia do país inteiro. Isso inclui os integrantes dos programas de pós-graduação em física/astrofísica tanto quanto os astrônomos sem vínculo direto a programas de pós-graduação.

O LNA opera seu próprio observatório e gerencia a participação brasileira em dois observatórios internacionais: a) Observatório do Pico dos Dias (OPD), sob responsabilidade exclusiva do LNA, é o maior observatório astronômico em solo brasileiro.

Situado entre os municípios de Brazópolis e Piranguçu, conta com quatro telescópios, um deles com abertura de 1,6 m, outros dois com abertura de 0,6m e um com 0,40 m; b) Observatório Gemini. Uma parceria entre os países Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Coreia do Sul e Estados Unidos. Opera dois telescópios idênticos de grande porte (8m de abertura), um em Mauna Kea, Havaí (Gemini Norte), outro em Cerro Pachón, Chile (Gemini Sul).

Eles estão entre os maiores e mais modernos telescópios do mundo; c) Telescópio SOAR (Southern Astronomical Research Telescope). Reúne o Brasil e três instituições dos Estados Unidos na construção e operação de um telescópio de alto desempenho com abertura de 4,1 m no Cerro Pachón, Chile, sendo que o Brasil é parceiro majoritário do empreendimento. Além da infraestrutura observacional, o LNA possui um programa de desenvolvimento de instrumentação astronômica e tecnologia na área de instrumentação científica.

Nos últimos 15 anos criou-se uma infraestrutura laboratorial e capacitação de pessoal que permite que o LNA desenvolva instrumentos tanto para os telescópios brasileiros quanto para outros consórcios internacionais, além de poder disponibilizar acesso a alguns dos mais modernos e bem equipados laboratórios de metrologia óptica, fibras ópticas e filmes finos a outros institutos que precisam destas capacidades.

Missão: Planejar, desenvolver, prover, operar e coordenar os meios e a infraestrutura para fomentar, de forma cooperada, a astronomia observacional brasileira.

Área de Atuação:

- Gerenciamento e operação da infraestrutura observacional astronômica;
- Desenvolvimento tecnológico em instrumentação astronômica;
- Pesquisa, ensino e extensão em Astrofísica;
- Desenvolvimento e disponibilização de bancos de dados astronômicos.

Contribuição Social: O LNA, como gerador de conhecimento científico e tecnológico, cria material didático e abre seus observatórios às escolas, patrocinando a inclusão científica de milhares de crianças e jovens com pouco acesso à informação.

Saiba mais: <https://www.gov.br/lna/pt-br>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Ricardo Nassif
Giuliana Capistrano

Contato

ouvidoria@lna.br e sic@lna.br

Endereço

R. Estados Unidos, 154 - Bairro das Nações - Itajubá - MG CEP 37504-364

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	1	0	1
Fevereiro	0	5	0	5
Março	7	4	0	11
Abril	9	3	0	12
Mai	3	1	0	4
Junho	0	0	0	0
Julho	0	0	0	0
Agosto	0	1	0	1
Setembro	1	0	0	1
Outubro	1	0	0	1
Novembro	0	0	0	0
Dezembro	1	1	0	2
TOTAL	22	16	0	38

Distribuição das manifestações por tipologia

■ Pedido de Informação: 22

■ Denúncia: 2

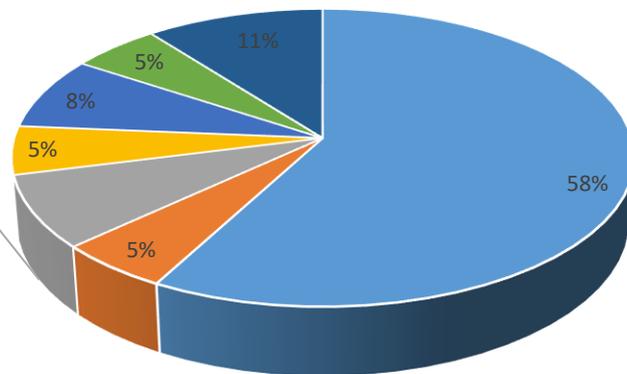
■ Comunicação de Irregularidade: 3

■ Elogio: 2

■ Sugestão: 3

■ Reclamação: 2

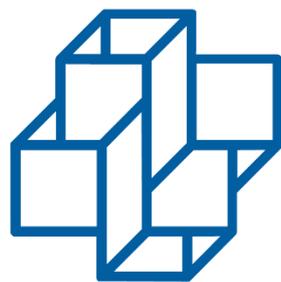
■ Solicitação: 4



Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

TOTAL

0



LNCC

Laboratório Nacional de
Computação Científica

Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC

O Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) nasceu da proposta inovadora de jovens pesquisadores, no final da década de 1970, voltados ao desenvolvimento de pesquisas em aplicações matemáticas, tema de vanguarda na época. Esse grupo multidisciplinar, formado por matemáticos, engenheiros, físicos e analistas, vinculados ao Laboratório de Cálculo do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), foi responsável pela criação autônoma do LCC em 1980, que mais tarde, se tornaria um Laboratório Nacional com ampla atuação territorial.

O desenvolvimento de métodos de modelagem matemática, análise numérica e simulação computacional para uso em computadores de mais alto desempenho, já despontava em 1980, como de fundamental importância para a sustentação de pesquisas científicas de ponta em quase todas as áreas do conhecimento. Já nos seus primeiros anos, com a promoção de suas escolas e seu protagonismo na criação da Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada (SBMAC), o LNCC teve uma importante contribuição para o desenvolvimento da Computação Científica no país, na formação de pesquisadores e na criação de departamentos nessa área em várias universidades.

Como unidade de pesquisa do CNPq, coube ao LNCC, o pioneirismo na realização da primeira conexão do país, através da rede BITNET, ligando em setembro de 1988, sua sede no Rio de Janeiro à Universidade de Maryland, USA. Essa experiência foi também executada pela FAPESP, em novembro do mesmo ano, nascendo um amplo movimento de disseminação da internet no país, em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Como desdobramento, a participação do LNCC na formação e coordenação do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (SINAPAD), tornando-se o Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho do Estado do Rio de Janeiro (CENAPAD-RJ).

Desde seus primeiros anos de existência, o LNCC atuou na vanguarda do conhecimento da Matemática Computacional e atuou intensamente na difusão e transferência de tecnologia, através de projetos de desenvolvimento e aplicações com empresas tais como: Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), VALE DO RIO DOCE, PETROBRAS, COPESP, ELETRONORTE e muitas outras, servindo de pioneiro exemplo da interação universidade-empresa, na área de ciências matemáticas e computacionais.

Em 1998, como unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, o LNCC instalou-se na cidade de Petrópolis - região serrana do Rio de Janeiro - onde criou o seu programa de pós-graduação em Modelagem Computacional, formando mais de 300 Mestres e Doutores (até

2019), que atuam hoje em 23 estados do Brasil, difundindo conhecimento e promovendo capacitação. Com o mesmo rigor, o laboratório concedeu mais de mil certificados por ano àqueles que frequentam seus cursos, workshops e seminários.

Em suas instalações, encontra-se desde 2016, o supercomputador Santos Dumont, que oferece à comunidade científica, acadêmica e empresarial do Brasil e exterior, uma plataforma avançada de computação de alto desempenho (HPC) para realização de projetos de pesquisa, com a mais alta capacidade computacional da América Latina e entre as 300 maiores do mundo. Como outro ativo intangível, citamos a capacitação desenvolvida pelo corpo técnico-científico e o conhecimento acumulado no atendimento às demandas computacionais de HPC, vindas de pesquisadores de diversas instituições, com a oferta de suporte ao uso eficaz dessa capacidade em aplicações, com domínio das metodologias matemáticas e computacionais.

Sua produção científica anual gera cerca de 100 artigos em periódicos científicos e mais de 200 publicações em livros, congressos etc. - a partir da pesquisa executada em uma centena de projetos, incluindo as cooperações nacionais e internacionais, em média anual. As parcerias com reconhecidas instituições nacionais, tais como a COPPE-UFRJ, Petrobras, Fiocruz, o Instituto Albert Einstein, UFRGS, USP, UFMG etc., e internacionais na França, China, Portugal, EUA, Inglaterra, Espanha, Japão, Itália, dentre outros, garantem ao LNCC o reconhecimento institucional de seus pares.

Tem atuado, de forma permanente, junto à sociedade na resolução de problemas nacionais, como no sequenciamento genético de genomas de vírus como SARS-CoV-2 (causador do COVID-19) e dos agentes do Zika, Dengue e Chicungunha - realizados pelo LABINFO (Laboratório de Bioinformática) com sequenciadores de última geração. Ainda na saúde, o LNCC colabora com a pesquisa de vacinas em cooperação com a Fiocruz; com a simulação de sistemas cardiovasculares humanos para suporte à assistência médica realizada pelo Laboratório de Modelagem em Hemodinâmica; com o portal DockThor, acesso gratuito para simulação do acoplamento de proteínas para projetos de novos fármacos, dentre outras finalidades; e modelos computacionais para simular o crescimento tumoral em pacientes – projetos que reforçam o caráter nacional do LNCC.

Projetos de PD&I desenvolvidos no LNCC, como modelos computacionais e programas desenvolvidos para a simulação de reservatórios de óleo e gás de uso pela Petrobras na exploração do pré-Sal; a aplicações de métodos em Big Data realizados pelo laboratório DEXL Data Management; estudos em criptografia e segurança cibernética aplicados em redes de sensores (com aplicações em IoT); pesquisas em Análise Numérica, EDP, sistemas e controles

estocásticos, métodos de processamento de sinais digitais, dentre outros, complementam essa lista de nossos ativos.

A difusão do conhecimento – através da pós-graduação e da oferta de cursos e eventos – é a garantia de que a ciência computacional de ponta seja apropriada pela comunidade científica brasileira, em diferentes níveis. Sua Incubadora de Empresas e sua atuação no Parque Tecnológico SERRATEC da Região Serrana, são algumas das ações do LNCC na busca de competências locais e no fortalecimento de parcerias empresariais. Em seus 40 anos de existência, o LNCC e seu corpo de pesquisadores, tecnólogos, analistas, professores, alunos e colaboradores, alcançou o reconhecimento por sua atuação científica, tecnológica e inovadora, reafirmando seu compromisso com a ciência nacional, enquanto política de Estado fundamental para o fortalecimento do país.

Missão: Realizar pesquisa, desenvolvimento e formação de recursos humanos em Computação Científica, em especial na construção e aplicação de modelos e métodos matemáticos e computacionais na solução de problemas científicos e tecnológicos, bem como disponibilizar ambiente computacional para processamento de alto desempenho, tendo como finalidades o avanço do conhecimento e o atendimento às demandas da sociedade e do Estado brasileiro.

Área de Atuação:

- Tecnologia de Medicina Assistida por Computação;
- Modelagem Computacional em Reservatórios de Petróleo, Águas Subterrâneas e Captura de CO₂;
- Modelagem de Fraturamento de Rocha;
- Modelagem Molecular;
- Bioinformática;
- Processamento de modelos moleculares;
- Simulação e Gerenciamento de Reservatórios; e
- Visualização avançada, participante do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec).

Contribuição Social: Contribui para o avanço da ciência, formação de pesquisadores, facilitação do uso da computação de alto desempenho no meio acadêmico e setor empresarial, e promoção e disseminação das aplicações da Computação Científica.

Saiba mais: <http://www.lncc.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Anmily Paula dos Santos Martins
Bárbara Paulo Cordeiro Elustondo

Contato

secin@lncc.br

Endereço

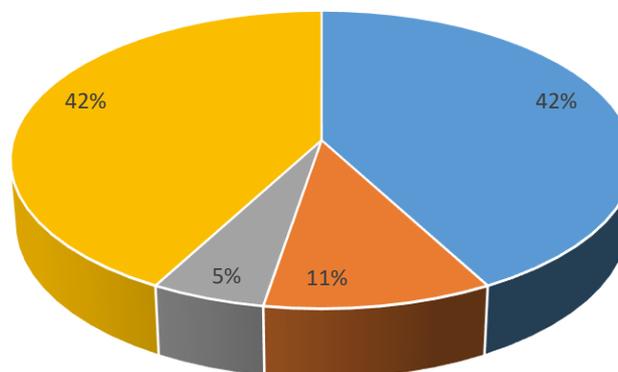
Av. Getúlio Vargas, 333 – Quitandinha | Petrópolis - RJ | CEP: 25651-075

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	0	0	0
Fevereiro	1	1	0	2
Março	0	1	0	1
Abril	1	1	0	2
Maio	3	1	0	4
Junho	1	0	0	1
Julho	0	2	0	2
Agosto	0	0	0	0
Setembro	1	2	0	3
Outubro	0	1	0	1
Novembro	0	2	1	3
Dezembro	1	0	0	1
TOTAL	8	11	1	20

Distribuição das manifestações por tipologia

- Pedido de Informação: 8
- Comunicação de Irregularidade: 2
- Sugestão: 1
- Solicitação: 8



Assuntos recorrentes: Uso dos recursos computacionais do Supercomputador Santos Dumont e Processo seletivo da Pós-Graduação do LNCC; e Uso do SD e Processo seletivo PG (Observação – pedidos chegam habitualmente pelo e-mail da instituição).

Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

CGU – Controladoria-Geral da União	1
TOTAL	1

O canal de comunicação entre a instituição e a sociedade por intermédio da Ouvidoria e seus pontos focais é de suma importância. Percebe-se que boa parte da população ainda não conhece a plataforma Fala.BR, seus recursos e benefícios para obtenção do retorno de suas buscas e anseios.



MUSEU DE
ASTRONOMIA
E CIÊNCIAS AFINS

Museu de Astronomia e Ciência Afins – MAST

O MAST está situado no Morro de São Januário, Bairro Imperial de São Cristóvão, em um campus de aproximadamente 44 mil m², que abriga um patrimônio arquitetônico formado por 16 edificações da década de 1920. Além do prédio sede do Museu, o conjunto é composto pelos pavilhões de observação astronômica, com suas cúpulas de cobertura pré-fabricadas em ferro adquiridas da Alemanha, Inglaterra e França, juntamente com os seus instrumentos científicos, que testemunham as inovações daquele tempo.

Esse conjunto arquitetônico e paisagístico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1986, e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, em 1987. O MAST guarda o importante acervo do Observatório Nacional, coleção que reúne instrumentos científicos, máquinas, equipamentos, mobiliário e esculturas, totalizando mais de dois mil objetos representativos do Patrimônio Científico do Brasil. Além da reserva técnica, o MAST apresenta regularmente ao público exposições e atividades planejadas, entre oficinas, palestras, visitas orientadas e as tradicionais observações do sol e do céu.

Missão:

- Realizar pesquisas de História do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Brasileiro;
- Realizar a alfabetização científica em espaços não formais de educação; e
- Preservar acervos científicos e tecnológicos e socializá-los por atividades museológicas e acadêmicas.

Área de Atuação:

- História das Ciências e da Tecnologia no Brasil;
- Desenvolvimento social das ciências;
- Popularização e educação em ciências em espaços não formais;
- Divulgação científica para inclusão social;
- Preservação de acervos históricos de cientistas, de instituições e instrumentos científicos do Brasil; e

- Arquivo da cultura científica brasileira.

Contribuição Social: O Mast é um instituto de pesquisa para o desenvolvimento social, contribuindo para a construção de uma ciência cidadã e para a inclusão social.

Saiba mais: <http://www.mast.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Luciano Lomeu de Avelar
Edilene dos Santos Ferreira
Ana Cristina Garcia

Contato

atendimento@mast.br

Endereço

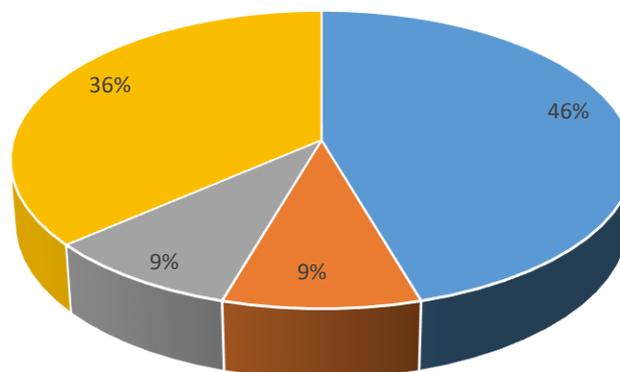
Rua General Bruce, 586, São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	2	0	2
Fevereiro	0	2	0	2
Março	1	1	0	2
Abril	0	1	1	2
Mai	1	0	0	1
Junho	0	0	0	0
Julho	1	0	0	1
Agosto	1	0	0	1
Setembro	0	0	2	2
Outubro	0	0	0	0
Novembro	1	0	0	1
Dezembro	0	0	1	1
TOTAL	5	6	4	15

Distribuição das manifestações por tipologia

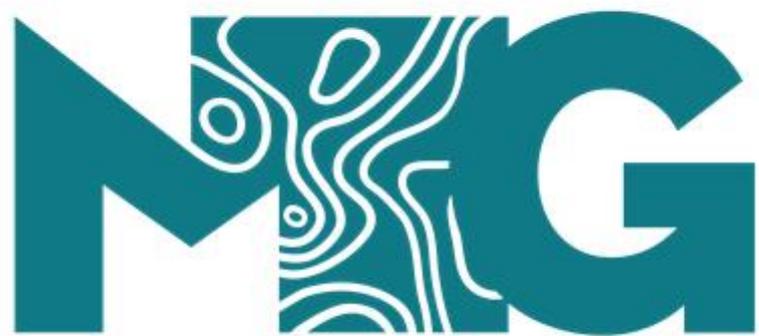
- Pedido de Informação: 5
- Comunicação de Irregularidade: 1
- Sugestão: 1
- Solicitação: 4



Assuntos recorrentes: Agendamento escolar para visitação; Informa es gerais sobre visita o ao Museu, Biblioteca e Acervo. Além de informa es sobre ensaio fotográfico na Institui o.

Encaminhadas – manifesta es recebidas e encaminhadas em 2022

MCIDADANIA – Ministério da Cidadania	2
MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	1
MRE – Ministério das Rela�es Exteriores	1
TOTAL	4



MUSEU GOELDI

Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG

Centro pioneiro nos estudos científicos dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimento, organização e manutenção de acervos de referência mundial relacionados à região.

Investiga a Floresta Amazônica aglutinando dados das Ciências Humanas, Biológicas, Sociais e da Terra. É um dos mais antigos, maiores e populares museus brasileiros, e estimula a apreciação, apropriação e uso do conhecimento científico. Instituição de pesquisa fundada em 1866 na cidade de Belém (PA), onde mantém seu campus de pesquisa e o primeiro parque zootômico do país, o Museu Goeldi também conta com uma estação científica localizada na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Marajó (PA), que funciona como um laboratório avançado sobre o funcionamento das florestas tropicais.

O Goeldi coordena a Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental e o Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Amazônia Oriental. A sesquicentenária instituição lidera investigações sobre a biodiversidade amazônica e, apenas no século 21, junto com seus parceiros, já apresentou **789 novas espécies da fauna, flora e fungos**.

Suas pesquisas são sustentadas e alimentam 19 coleções científicas principais, que se subdividem em mais de 40 sub-coleções, integradas por mais de 4,5 milhões de itens tombados, entre os quais se destacam ícones da cultura nacional.

Atualmente, oferta para a comunidade **sete cursos de pós-graduação**, que contam com o apoio das coleções científicas, bibliográficas, documentais e de laboratórios, como o de Microscopia Eletrônica de Varredura, Química Analítica, Biologia Molecular, Arqueologia Amazônica e Análise e Documentação Linguística.

Missão: Realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia.

Área de Atuação:

- Biodiversidade - Biogeografia, Sistemática Zoológica e Botânica; Inventário;
- Ecossistemas Amazônicos - Estrutura, Dinâmica e Conservação; Monitoramento e Manejo de Recursos Naturais;

- Sociodiversidade & Dinâmicas Socioculturais - Antropologia das sociedades amazônicas, Etnobiologia, Etnoecologia e Etnomuseologia, Arqueologia Pré-histórica e Histórica da Amazônia, Linguística Indígena na Amazônia; Uso da Terra e Ordenamento Territorial;
- Biotecnologia e Inovação - Inovação e Transferência de Tecnologia, Propriedade Intelectual e Proteção ao Conhecimento.

Contribuição Social: Museu Goeldi há 150 anos investiga, coleta testemunhos, analisa processos, produz conhecimento científico e contribuindo para o desenvolvimento da Amazônia.

Saiba mais: <http://www.museu-goeldi.br/>

Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação

Interlocutores

Monique Fernanda da Silva Bonifácio
Renata Vale Franco de Sá
Pablo Cristiano da Silva Borges

Contato

ouvidoria@museu-goeldi.br e sic@museu-goeldi.br

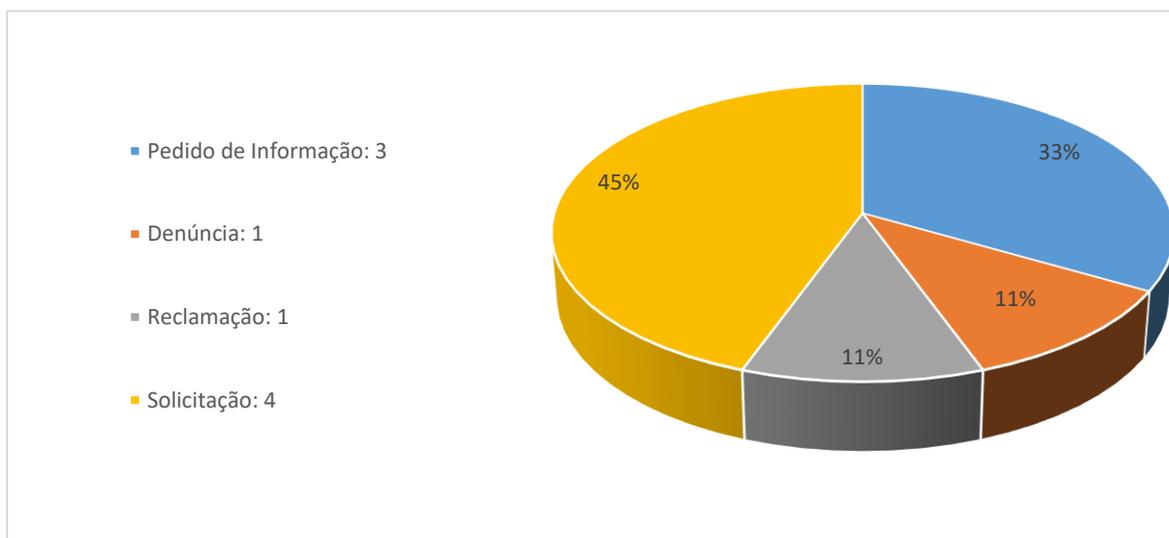
Endereço

Avenidas Magalhães Barata e Gentil Bittencourt. CEP: 66040-170. Belém-PA; e
Avenida Perimetral, 1901 – Terra Firme – Belém/PA CEP: 66077-830

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0
Março	0	0	0	0
Abril	0	1	1	2
Maio	1	2	1	4
Junho	0	2	0	2
Julho	1	0	0	1
Agosto	0	0	0	0
Setembro	1	1	1	3
Outubro	0	0	0	0
Novembro	0	0	0	0
Dezembro	0	0	3	3
TOTAL	3	6	6	15

Distribuição das manifestações por tipologia



Assuntos recorrentes: Agendamento escolar para visitação; Informa es gerais sobre visita o ao Museu, Biblioteca e Acervo. Além de informa es sobre ensaio fotográfico na Institui o.

Encaminhadas – manifesta es recebidas e encaminhadas em 2022

FUNAI – Funda�o Nacional dos Povos Indígenas	1
MCTI – Ministério da Ciência, tecnologia e Inova�es	2
ME – Ministério da Economia	2
MTP – Ministério do Trabalho e Previdência	1
TOTAL	6

Durante o ano de 2022, o Museu Paraense Emílio Goeldi recebeu poucas manifesta es através dos canais formais disponibilizados pela Ouvidoria MPEG, ou seja: Plataforma Fala.BR e e-mail. Isso pode ter ocorrido por alguns motivos, como, por exemplo, o avanço e praticidade do uso das redes sociais. Muitos visitantes e frequentadores do MPEG expressam suas impressões dos serviços prestados pelo  rgo postando comentários (elogio, reclama o ou solicita o) nas redes sociais da institui o (Facebook e Instagram).

As redes sociais “assumem”, por assim dizer, uma das fun es da ouvidoria, que   justamente receber as manifesta es do público interno e externo. A outra razão pelo baixo número de ocorrências registradas talvez seja atribuída   falta de costume da popula o de acionar mecanismos de participa o e controle social, como as ouvidorias, ou mesmo por causa de desconhecimento da sua existência e de seu papel para a sociedade.

Neste sentido, entende-se a importância de divulgar mais os canais da Ouvidoria MPEG tanto para os colaboradores do museu quanto para os seus visitantes; manter os canais atualizados; informar as fun es e importância da Ouvidoria para o aumento da qualidade dos serviços ofertados   sociedade, estimulando, assim, a participa o dos cidadãos.



**Observatório
Nacional**

Observatório Nacional – ON

O Observatório Nacional - ON, instituto de pesquisa vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, atua em três grandes áreas de conhecimento: Astronomia, Geofísica e Metrologia em Tempo e Frequência, nas quais realiza pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, com reconhecimento nacional e projeção internacional. Suas atividades incluem a formação de pesquisadores em seus cursos de pós-graduação, a capacitação de profissionais, a coordenação de projetos e de atividades nacionais nas suas áreas de atuação e a geração, a manutenção e a disseminação da Hora Legal Brasileira.

Missão: Realizar pesquisa e desenvolvimento em Astronomia, Geofísica e Metrologia em Tempo e Frequência, formar pesquisadores em seus cursos de pós-graduação, capacitar profissionais, coordenar projetos e atividades nessas áreas e gerar, manter e disseminar a Hora Legal Brasileira.

Área de Atuação:

- Astronomia e astrofísica;
- Geofísica;
- Tempo e Frequência.

Contribuição Social: O Observatório Nacional realiza, em parceria com diversas empresas, estudos de prospecção geofísica, contribuindo para a localização de minério, petróleo e gás natural, tanto no continente como no oceano. O ON, ao combinar diferentes métodos geofísicos, desenvolve estudos inovadores nessa área. As pesquisas geofísicas são imprescindíveis à matriz energética brasileira, especialmente na busca da autossuficiência do País em relação ao petróleo, e colaboram para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Saiba mais: <http://www.on.br/>

- Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação –

Interlocutores

Katia Teixeira dos Santos
Renaldo Nicácio da Silva Junior

Contato

sic@on.br

Endereço

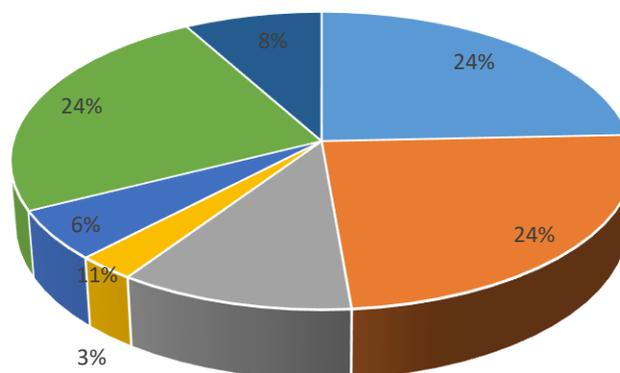
Rua General José Cristino, 77 – Biblioteca do Observatório Nacional

Quantidade de manifestações recebidas em 2022

Mês/Qnt	LAI	OUVIDORIA	Encaminhado em:	total
Janeiro	0	2	0	2
Fevereiro	0	4	0	4
Março	0	5	0	5
Abril	0	3	0	3
Mai	4	1	0	5
Junho	0	2	0	2
Julho	0	5	0	5
Agosto	0	1	0	1
Setembro	3	2	0	5
Outubro	0	0	0	0
Novembro	1	2	0	3
Dezembro	1	1	0	2
TOTAL	9	28	0	37

Distribuição das manifestações por tipologia

- Pedido de Informação: 9
- Comunicação de irregularidade: 9
- Denúncia: 4
- Elogio: 1
- Reclamação: 2
- Solicitação: 9
- Sugestão: 3



Encaminhadas – manifestações recebidas e encaminhadas em 2022

TOTAL

0

Conselho de Usuários do Serviço Público

O Conselho de Usuários de Serviços públicos é uma nova forma de participação direta da sociedade na avaliação e melhoria dos serviços públicos, que irá conectar os usuários aos gestores responsáveis pelo serviço.

O conselho é formado por usuários que se voluntariam e se conectam como avaliadores de serviços.

Qualquer cidadão pode ser conselheiro e pode se voluntariar para auxiliar na melhoria de quantos serviços julgar pertinentes.

Para participar basta acessar a [Plataforma Virtual do Conselho de Usuários](#) e se cadastrar. Após realizar o cadastro basta escolher os serviços que gostaria de avaliar.

A Plataforma Virtual do Conselho de Usuários de Serviços Públicos é o sistema web desenvolvido pela Controladoria-Geral da União que possibilita todas as interações entre órgão e conselheiros.

Os Conselheiros poderão responder consultas encaminhadas pela ouvidoria do órgão a fim de coletar dados sobre a qualidade da prestação de serviços e também poderão propor ideias para melhoria de serviços públicos, além de apoiar e comentar ideias de outros conselheiros.

As pesquisas direcionadas a Conselheiros (consultas) somente poderão ser realizadas pela unidade de Ouvidoria responsável pela supervisão do serviço ao qual estes se voluntariaram.

Todavia, qualquer pessoa, seja agente público ou cidadão, pode criar um perfil na Plataforma e gerar, de forma simples e gratuita, enquetes para subsidiar suas próprias consultas, desde que estejam vinculadas a algum serviço constante na Plataforma.

Nesse contexto, já estão disponíveis as primeiras enquetes para avaliação dos serviços prestados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e de suas Unidades de Pesquisa.

[Clicando aqui você poderá ter acesso à plataforma e se voluntariar para ser um Conselheiro de Serviços Públicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação](#), receber periodicamente nossas pesquisas de avaliação de serviços e propor soluções para o melhor atendimento às necessidades da população.

O resultado das enquetes servirá de subsídio para a avaliação e aprimoramento dos serviços públicos ofertados pelo [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação](#), incluindo suas [Unidades de Pesquisa](#).

Peças de Comunicação





**Seja um
Conselheiro
Voluntário**

e contribua para
a melhoria do
Serviço Público.

ACESSE: ouvidoria.mcti.gov.br/conselho

*seja um
conselheiro
voluntário do:*

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Carta de Serviço

A Carta de Serviços do MCTI é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos.

Ela contempla as formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento aos usuários.

A Carta de Serviços do Ministério pode ser acessada pelo link <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas>, e também no Portal de Serviços do Governo Federal.

Ouvidoria, seu espaço de diálogo na busca da plena democracia.

Procure a Ouvidoria para expressar suas ideias, fazer questionamentos e sugerir melhorias. Esta atitude garante a transparência, o controle e o aperfeiçoamento da gestão pública.

Caso tenha alguma sugestão para a elaboração dos próximos Relatórios de Gestão da Ouvidoria, acesse a [Plataforma Fala.BR](#). Sua colaboração é muito importante.

Acesse nossa página para mais informações:



Ouvidoria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO